

Antroponímia na Língua Cokwe (Lunda-Norte)

Xavier Chipuleno Ualhanga

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão
da Informação de Especialidade**

Maio, 2017

Antroponímia na Língua Cokwe (Lunda-Norte)

Xavier Chipuleno Ualhanga

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão
da Informação de Especialidade**

Orientadora:

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

Maio, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e bibliografia.

O candidato:

Lisboa, 31 de Maio de 2017

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

Lisboa, 31 de Maio de 2017

DEDICATÓRIA

A Deus por ter-me dado a vida;

Aos meus pais, Xavier Sapango e Rosalina Ihemba Lino, que de forma sábia transmitiram-me ensinamento e deram-me incentivo para o estudo;

À minha estimada esposa, Albertina Mixica, por toda a ajuda, apoio e por ter suportado as minhas ausências com paciência;

Aos meus filhos, Braúlia Albertina Xavier, Danilson Euclides Xavier, Ednaíra Albertina Xavier e Elizandra Inês Albertina Xavier, pela compreensão pela ausência do pai durante os dois anos de formação;

A toda restante família que de uma maneira direta ou indirectamente confiou em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, inteligente supremo e causa primária de todas as coisas;

Ao Ministério da Educação, pela bolsa concedida no período de Novembro de 2015 a Novembro de 2017;

À Professora Doutora Maria Teresa Rijo de Fonseca Lino, pela orientação e paciência na realização desta Dissertação;

À Doutora Paula Henriques, pelo incentivo e coragem para a nossa formação;

Aos meus amigos, pelos incentivos, e pelo acompanhamento durante toda esta longa caminhada;

Aos meus colegas de mestrado, pelos ótimos momentos e pelas diversas experiências vividas;

A todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho insere-se no domínio da Lexicologia e da Onomástica e aborda essencialmente a Antroponímia da língua Cokwe. Com este estudo, pretendemos estudar a realidade antroponímica da Lunda-Norte, mais concretamente a do município do Chitato.

O nome antroponímico apresenta-se como testemunho de uma época; nessa medida, assume um papel importante para a compreensão da formação e consolidação de uma sociedade bem como dos valores ao longo do tempo, de acordo com a realidade histórico-cultural de cada região. Com este estudo, queremos não apenas dar o nosso contributo para o conhecimento da realidade antroponímica da região, mas também propor algumas grafias para a harmonização dos antropónimos da língua Cokwe.

Do ponto de vista metodológico, adoptámos o método descritivo, isto é, procedemos à análise descritiva dos antropónimos, com base num corpus seleccionado. A constituição do corpus baseou-se num levantamento realizado no município de Chitato, especialmente no Cartório de Registo Civil, e teve como principal objectivo identificar a grafia dos nomes, os significados que lhes estão associados e as circunstâncias em que os nomes são atribuídos à criança.

Palavras-chave: Léxico, Antroponímia, Lexicologia, Nome próprio, Apelido.

ABSTRACT

The present work is part of the onomastic domain and it addresses the anthroponymy of the Cokwe language. With this work, we intend to study the anthroponymic reality of Lunda-Norte, more precisely in the municipality of Chitato.

The name presents itself as a testimony of an era; for this reason, it plays an important role in the understanding of the formation and the consolidation of a society, as well as its values over time, according to the historical and cultural reality of each region. Thus, we want not only to contribute to the understanding of the onomastic reality of the region, but also to propose some spellings to standardize the anthroponyms of the Cokwe language.

From the methodological point of view, we adopted the descriptive method, that is, we did a descriptive analysis of the anthroponyms according to a selected corpus. The constitution of the corpus based on a survey carried out in the municipality of Chitato, especially in the civil registry. The main objective was to identify the spelling of the names, the meaning associated with them and the circumstance in which the names are attributed to the child.

Keywords: Lexicon, Anthroponymy, Lexicology, first name, Surname.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO DE MAPAS E ASSENTO DE NASCIMENTO

Ilustração 1. Mapa da Província da Lunda-Norte.....	28
Ilustração 2. Mapa de Distribuição de Grupos etnolinguísticos da Lunda-Norte.....	38
Ilustração 3. Assento de Nascimento, recolhido no Cartório do Registo Civil do Município de Chitato, ano de 2005.	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição Linguística de Angola.....	25
Tabela 2. Fonemas e Grafemas da língua Cokwe.....	41
Tabela 3. Prefixos nominais dos substantivos comuns na língua Cokwe.....	46
Tabela 4. Base de dados antroponímica.	65

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÃO DE MAPAS E ASSENTO DE NASCIMENTO	ix
LISTA DE TABELAS.....	ix
ÍNDICE GERAL.....	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E ANTROPONÍMIA....	3
1.1- Breves Considerações: a Lexicologia, a Lexicografia e a Antroponímia	3
1.2- Importância da Lexicologia no estudo da Antroponímia.....	7
1.3- Antroponímia e Toponímia	10
1.4- Antroponímia: Nomes Próprios	13
1.4.1- Nome Próprio: um signo linguístico	18
CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO GEOLINGUÍSTICA DE ANGOLA.....	21
2.1- Caracterização Geolinguística de Angola	21
2.2- Situação sociolinguística da Província da Lunda-Norte	26
2.2.1- Considerações sobre a origem do povo Cokwe	28
2.2.2- Principais migrações étnicas fixadas na Lunda	32
2.2.3- A Língua Cokwe na Província da Lunda-Norte	34
2.3- Características fonológicas da língua Cokwe	38
2.4- Estrutura morfológica e classes dos prefixos em Cokwe	44

2.5- Antroponímia na língua Cokwe	47
CAPÍTULO III METODOLOGIA DA CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS ANTROPONÍMICO.....	54
3.1- Constituição do Corpus	54
3.2- Variação gráfica dos antropónimos	55
3.3- Análise dos Antropónimos	57
3.4- Base de dados antroponímica	65
3.5- Proposta de harmonização gráfica.....	66
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
5. BIBLIOGRAFIA GERAL.....	71
Dicionários.....	77
Gramáticas.....	78
Documentos Oficiais.....	78
Artigos e Revistas Consultadas.....	78
6. Anexos	81
Anexo 1 - Questionário.....	81
Anexo 2 –Documento	82

INTRODUÇÃO

A Antroponímia, como parte do léxico, constitui um rico acervo para a reflexão sobre a vida quotidiana dos indivíduos e das sociedades em geral. Relativamente ao estudo da Onomástica em Angola, em particular da região da Lunda-Norte, constatámos que não existe, até ao momento, obras que se debrucem sobre a temática que escolhemos abordar. Assim, apoiar-nos-emos em autores que já investigaram a Antroponímia na língua portuguesa e que fazem alusão a realidades e a contextos um pouco semelhantes aos nossos.

Sabemos que em Angola e, mormente, na Lunda-Norte, os nomes dão-se em função da época, cultura e história e estão carregados de um significado; na cultura Cokwe nomeia-se o indivíduo, logo à nascença, com base num simbolismo cultural e histórico circunstancial. Deste modo, o nome apresenta-se como um testemunho de uma época e, por isso, é importante para a compreensão da formação e da consolidação de uma sociedade, e dos seus valores no tempo, de acordo com a realidade histórico-cultural de cada região.

O principal problema reside essencialmente na atribuição de nomes as crianças, desconhecendo a sua origem e significado. Os nomes e as línguas nacionais constituem as bases fundamentais da preservação da herança e identidade cultural do povo angolano; por essa razão resolvemos reflectir sobre a seguinte questão:

Que significados históricos, culturais e linguísticos representam os antropónimos para o povo na língua Cokwe?

Com o presente estudo, que se insere no âmbito da Lexicologia e da Onomástica, pretendemos estudar a Antroponímia da Lunda-Norte, nomeadamente a do município do Chitato. Queremos não apenas dar o nosso contributo para o conhecimento da realidade onomástica da região, mas também propor algumas sugestões para a harmonização gráfica dos antropónimos na língua Cokwe.

Assim, o trabalho está estruturado em três capítulos que apresentamos em seguida.

No primeiro capítulo, *“Pressupostos teóricos: Lexicologia, Lexicografia e Antroponímia”*, são apresentadas algumas considerações sobre a Lexicologia, Lexicografia e a Antroponímia e, num segundo momento, debruçamo-nos sobre a importância da Lexicologia no estudo da Antroponímia, assim como sobre as relações estabelecidas entre os conceitos de Antroponímia e Toponímia.

No segundo capítulo, *“Caracterização Geolinguística de Angola e a situação sociolinguística da Lunda-Norte”* são apresentadas breves considerações históricas da origem do povo, tais como as migrações étnicas fixadas na Lunda; são referidas as características fonológicas e morfológicas da língua Cokwe; e, por fim, damos conta da Antroponímia enquanto estudo dos nomes próprios e apelidos em Cokwe.

No terceiro capítulo, *“Metodologias da Constituição de Corpus antroponímico”*, faz-se a análise da variação gráfica dos antropónimos; em seguida, é feita a apresentação da base de dados antroponímica; depois, segue-se a proposta de harmonização gráfica.

Por último, apresentamos as considerações finais que concluem diversos aspectos abordados no trabalho.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E

ANTROPONÍMIA

1.1- Breves Considerações: a Lexicologia, a Lexicografia e a Antroponímia

A complexidade dos problemas inerentes às comunidades sociolinguísticas, relativamente ao tratamento do léxico, motiva qualquer investigador a realizar um estudo de carácter antroponímico. Esta motivação deriva do facto de o léxico, enquanto parte fundamental das línguas, permitir verificar o modo como a sociedade Cokwe organiza o seu sistema de nomeação e as suas múltiplas facetas da realidade social à qual um antroponímico pode remeter.

O percurso histórico das disciplinas das Ciências da Linguagem mostra que o estudo do léxico tem sido objecto de estudo em diferentes perspectivas, sendo que cada uma tem produzido teorias e análises diferenciadas, nomeadamente no âmbito da aplicação de metodologias que apontam para a descrição do léxico geral e individual da língua.

A Lexicologia e Lexicografia são dois ramos distintos das Ciências de Linguagem que têm como objecto de estudo: o léxico.

Segundo CHICUNA (2015:45),

“a Lexicologia distingue-se da Lexicografia, disciplina que se ocupa da elaboração de dicionários. Os contributos da Lexicologia são, não obstante, de grande interesse para a Lexicografia, e esta pode ser entendida como um ramo da Lexicologia aplicada”.

Assim, enquanto a Lexicologia trata do léxico numa vertente científica, a Lexicografia efectua o estudo do léxico em função da elaboração do dicionário.

De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa* (2014) da Porto Editora, Lexicologia (do grego *lexikón*, “léxico”+ *lógos* “estudo”) é definida como uma disciplina da Linguística que estuda todos os aspectos que dizem respeito às unidades lexicais que constituem o léxico de uma língua: a origem e as características morfológicas, sintáticas e semânticas das unidades lexicais, as relações que criam entre si e os recursos que permitem a formação de novos termos.

No *Dicionário da Língua Portuguesa* (2001) da Academia das Ciências de Lisboa, Lexicologia é definida como o ramo da Linguística que tem por objecto o estudo das palavras: os seus aspectos etimológicos, fonéticos, fonológicos, semânticos e sintáticos.

Por sua vez, a Lexicografia é definida como o ramo da Linguística que se ocupa do estudo do léxico de uma língua, dando conta, essencialmente, da forma e do significado das palavras em função da elaboração de dicionários.

A Antroponímia (do grego *ánthropos*, “homem” + *ónoma*, “nome”+ia), enquanto parte da onomatologia, trata dos antropónimos (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 2014).

A Antroponímia trata do estudo dos nomes próprios e apelidos a partir dos quais é possível conhecer a cultura do povo e a identificação de factos linguísticos inerentes a uma comunidade.

O léxico de qualquer língua constitui um vasto acervo que está em contínuo progresso evolutivo.

VILELA (1979:9) afirma que “o Léxico é, em primeiro lugar, entendido como um conjunto de unidades linguísticas básicas próprias duma língua, unidades essas que se encontram listadas por ordem alfabética num dicionário (...)”.

Nesta perspectiva, o léxico é um conjunto de unidades lexicais que um falante actualiza em discurso; por sua vez, o léxico permite a formação de novas unidades lexicais, tendo em conta as estruturas semânticas e morfológicas da língua.

A Lexicologia constitui-se como ciência, durante o período da Linguística estrutural e tem por objecto de estudo a unidade lexical, em diversas perspectivas.

VILELA (1994:10) sublinha que a Lexicologia

“estuda as unidades lexicais de uma língua, em todos os seus aspectos: pode incluir a etimologia, a formação de unidade lexicais, a morfologia, a fonologia, a sintaxe, mas possui também uma ligação especial com a semântica”.

No entanto, a Lexicologia constitui-se assim, como ciência que se dedica ao estudo das unidades lexicais da língua, em todos aspectos; por esta ter a tarefa de determinar, descrever a origem e os significados das unidades lexicais que compõem uma a língua.

Segundo LINO (2000:43),

“a Lexicologia é o estudo científico do léxico, englobando diferentes teorias linguísticas e métodos que têm como consequência várias designações: descritiva, aplicada, histórica, estrutural, social e de especialidade”.

Para CHICUNA (2015:46),

“a Lexicologia constitui uma disciplina autónoma: abrange domínios como os fenómenos de criação lexical (lexicogénese), importações e formações de unidades lexicais, a etimologia, a morfologia, a sintaxe e em especial com a semântica, descreve os campos lexicais e determina as relações entre unidades lexicais”.

Segundo MUDIAMBO (2014:68), a Lexicografia e a Lexicologia são duas disciplinas que se inspiram mutuamente e têm como objecto de estudo o *léxico*, mas têm campos conceptuais próprios de investigação”.

Assim, a Lexicologia e a Lexicografia são duas disciplinas autónomas; cada uma ocupa-se do estudo do léxico numa vertente linguística diferenciada; a Lexicologia ocupa-se do estudo do léxico de uma língua no campo de importação e de formação de unidades lexicais, a etimologia, a morfologia, a sintaxe e, em especial, a semântica. A Lexicografia ocupa-se do estudo do léxico de uma língua, dando conta da forma e do significado das palavras em função da feitura do dicionário. Por isso, constituem duas disciplinas autónomas.

Lexicografia e Dicionarística são definidas por ALVES (2002:89) do seguinte modo:

“a Lexicografia é um domínio que tem como objectivo a organização e a análise dos dicionários. A confecção do dicionário constitui o domínio da Dicionarística, cujos métodos baseiam-se nos princípios da Lexicologia e da Lexicografia”.

DUBOIS (1973), citado por CHICUNA (2015:60), “define a Lexicografia como a técnica de confecção dos dicionários e a análise linguística dessa técnica”.

Para este autor, o termo lexicógrafo é ambíguo, pois este pode designar ao mesmo tempo o linguista que estuda a Lexicografia como também o redactor de um dicionário. Assim distingue-se a ciência da Lexicografia da prática lexicográfica e, do mesmo modo, o linguista do lexicógrafo ou dicionarista que é o autor de dicionário.

Na verdade, o léxico está, em parte, representado e descrito nos dicionários, o que implica dizer que a feitura e o estudo dos dicionários fazem parte da Lexicografia.

A Lexicografia é um ramo da Linguística que tem por objecto de estudo o dicionário. Quanto à relação existente entre Lexicografia e a Lexicologia, reside na confecção do dicionário, uma vez que o lexicógrafo não pode tratar o léxico para fazer uma nomenclatura ou efectuar definições sem ter uma concepção teórica do conjunto lexical sobre o qual trabalha, como sublinham GENOUVRIER e PEYARD (1974), citado por CHICUNA (2014: 61).

VASCONCELLOS (1931:03) foi o filólogo português que, pela primeira vez, em 1887, empregou o termo “*Antroponímia*”, na revista Lusitana, I, 45 para designar “o estudo dos nomes de indivíduos, os sobrenomes ou apelidos”.

Importa referir que um estudo antroponímico é também em si mesmo um estudo histórico, já que não é possível estudar uma língua sem se atender ao mesmo tempo à história.

1.2- Importância da Lexicologia no estudo da Antroponímia

A importância da Lexicologia para a Antroponímia reside sobretudo na análise das unidades lexicais da língua, tendo em conta as diversas relações que estas estabelecem com os antropónimos, nos seus aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e sintáticos. A Lexicologia ocupa-se da análise e descrição de todas as unidades lexicais, procurando determinar a sua origem e descrever o seu significado.

O léxico de uma língua é constituído pelo conjunto de unidades lexicais através das quais o homem se expressa, comunica, cria novos conhecimentos e assimila o que outros homens criaram, não só na sua civilização, mas também em outras civilizações.

Segundo LORENTE (2004:19),

“a Lexicologia, entendida como disciplina que se ocupa do estudo do léxico das línguas de forma completa e integrada, nem sempre se encontra incluída nos planos de estudo da filologia, humanidades, tradução, linguística ou comunicação”.

Segundo a autora, o estudo da Lexicologia é muito importante e esta disciplina tem como tarefa apresentar as informações acerca das unidades lexicais necessárias à produção do discurso e caracterizar a estrutura interna do léxico. Desta forma a Linguística pode descrever as línguas individualmente e explicar a língua como uma

forma de fenómeno social; portanto são diversas as vias de estudo das unidades lexicais das línguas.

A Lexicologia não pode ser confundida com a Lexicografia, que diz respeito ao estudo da descrição da língua feita pelos dicionários e à elaboração de dicionários com a aplicação dos dados da Lexicologia, isto é, está relacionada com a redacção dos dicionários ou com a reflexão sobre eles.

VILELA (1994:11) considera que a Lexicologia tem por objecto de estudo a semântica (lexical) e a morfologia (lexical). Em relação à função da Lexicologia, o autor sublinha que;

“a sua função é representar as informações acerca das unidades necessárias à produção de discursos e caracterizar a estrutura interna do léxico, tanto no aspecto do conteúdo como no aspecto de forma”.

O contributo da Lexicologia tem sido de grande importância para o estudo da formação de vocábulos das línguas com diversas estruturas. De um modo geral, o locutor pode proceder à construção de discursos, à criação de novas palavras e à eventual determinação da origem e significado das unidades lexicais que são empregues pela comunidade linguística.

Segundo REY (1977: 168),

“Les faits de lexique, qui plongent dans la structure globale de la langue (morpho-syntaxe, phonologie de l'unité), sont inexplicables, [...], sans recours à l'étude des instances de l'énonciation, des conditions socioculturelles de la communication, des conditions (logico-sociales) de la conceptualisation, pour ne mentionner que quelques domaines essentiels.”

Para LINO (1979:14) em *Importância de uma Lexicologia Contrastiva* afirma que, “a Lexicologia desenvolve-se, aproximando-se da Análise do discurso, uma vez que toda a unidade lexical é sensível a factores discursivos (e a factores culturais) ”.

Dada a realidade aberta da Lexicologia, disciplina autónoma que tem por objecto o estudo do léxico, esta aparece-nos, hoje, como uma ciência transdisciplinar. A autora acrescenta ainda que, actualmente:

“A Lexicologia tem um novo domínio de investigação: o da aplicação. (...), bem como todas as outras reflexões nos diferentes ramos da linguística aplicada tiveram, já, importantes repercussões em várias ciências. Também no ensino das línguas vivas esses resultados se fizeram sentir, contribuindo para uma renovação do ensino das línguas, muito particularmente na metodologia do ensino do vocabulário” (idem).

A importância da Lexicologia afirma-se a partir das investigações sobre a estruturação do léxico realizadas a partir da hipótese de que o léxico de uma língua é organizável com base em leis estruturais. O léxico não é um simples aglomerado de palavras isoladas, mas um sistema.

“formé d’un ensemble d’unités significatives où tout se tient où les éléments se délimitent réciproquement et tirent leur valeur de la position qu’ils occupent à l’intérieur de ce que depuis Jost Trier est convenu d’appeler un *champ*”, segundo DUBOIS (1962: 1), citado por MUDIAMBO (2014:62).

Confirmando as várias concepções dos autores, aqui, mencionados, afirmamos que, a Lexicologia como ciência autónoma tem como objecto de estudo o léxico, assim como, a criação e a importação das unidades lexicais, os aspectos da fonologia, morfologia, sintaxe e da semântica articulados ao estudo da léxico.

Assim, o estudo da unidade lexical é a tarefa fundamental da Lexicologia; a unidade lexical é um elemento fundamental na língua.

1.3- Antroponímia e Toponímia

Sobre a relação entre a Antroponímia e a Toponímia no estudo do nome, observamos que estas têm sido, desde os primórdios, as principais fontes do homem na designação de nomes de pessoas bem como de fenómenos e partes do universo.

A Antroponímia foi sempre uma fonte de recurso para a Toponímia no campo onomástico.

A Onomástica é o ramo da Linguística que se ocupa do estudo da origem dos nomes; dentro dos estudos onomásticos encontram-se inseridas outras disciplinas, tais como a Antroponímia, que visa o estudo dos nomes de indivíduos, sejam ou apelidos, e a Toponímia que se ocupa do estudo dos nomes de lugares.

As duas ciências, Antroponímia e Toponímia, encontram-se, assim, numa relação estreita.

A Antroponímia é formada por duas palavras: *antropo*, “homem”, e *nymia*, “nome”. Etimologicamente, Antroponímia significa “nomes de homens”; designa a explicação dos nomes próprios dos seres humanos, em geral.

Estudando os conjuntos dos termos onomásticos individuais, em suas diversas configurações, LEITE de VASCONCELLOS procurou precisar cada uma das características.

Assim, por *sobrenome*, entende-se “um patronímico, nome de pessoa ou expressão religiosa que se junta imediatamente ao nome próprio”; por *algunha*, “epíteto bom ou mau, que outros aplicam a um indivíduo, em virtude de qualidades físicas e morais que reconhece nele, ou de certa particularidade da sua vida”; por *apelido*, “uma denominação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração” (cf. VASCONCELLOS, 1931:4).

As designações de nações, Províncias, cidades, sítios, montes, vales, rios, etc., são objecto da Toponímia. Os dois ramos (Antroponímia e Toponímia) formam a

Onomástica ou Onomatologia, ciência dos nomes próprios. Assim, o mesmo autor acrescenta as seguintes designações para o estudo de determinados grupos de nomes:

- Panteonímia – O estudo dos nomes próprios das entidades sobrenaturais, de astros, ventos, animais e de coisas;
- Teónimo – Estudo dos nomes de deuses e seres sobrenaturais;
- Zoonímia – Estudo dos nomes de animais;
- Astronómica – Estudo dos nomes de astros e correlatos;
- Onionímia – Estudo dos nomes de produtos comerciais.

HOUAISS (2003:312) define Antroponímia como parte da Onomástica dedicada ao estudo de etnologias dos nomes próprios de pessoas. Neste sentido, entende-se que a Antroponímia como parte do léxico constitui um acervo que reflecte a vida quotidiana do indivíduo e da comunidade.

CARREIRA e QUINTINO (1964:20), em seu *Estudo antroponímico da Guiné portuguesa*, sublinham que “não é possível a existência de uma língua sem nomes designativos de seres, de coisas - animadas ou inanimadas, abstractas ou concretas.”

Os autores afirmam ainda que

“torna-se difícil imaginar uma cultura humana sem nomes de pessoas. Na sua estrutura, na sua génese, a língua é em si de natureza onomatológica; a posse do um nome é, pois, o primeiro bem que se recebe”.

FERNANDES (1941:9) sobre a história da Toponímia afirma que

“a Toponímia é a designação dada a uma das partes e não a menos importante da onomatologia, ciência que se ocupa do estudo de nomes em geral empregando-se, todavia, estes vocábulos para mais restritamente designar o estudo dos nomes próprios.”

Na origem helénica da palavra, a Toponímia tem por objecto o estudo dos nomes de lugares, terras ou regiões. Identicamente reservaram-se outras unidades lexicais para indicar o estudo de outras espécies de nomes próprios, geográficos ou não.

Assim temos, por exemplo, a Antroponímia (estudo de nomes de pessoa), a Astronomia (estudo dos nomes de astros), a Heteronímia (estudo dos nomes sagrados), a Potamonímia (estudo dos nomes dos rios), etc.

Uma das fontes da Toponímia tem sido a Antroponímia. Tanto em Portugal, como noutros países, são numerosíssimos os topónimos formados a partir de nomes de pessoa, sublinha FERNANDES (cf. 1941:9).

Um nome próprio que está na base de topónimo representa uma face particular do léxico da língua; o topónimo representa um signo com características muito próprias em termos de motivação; as causas denominativas que dão origem a um novo nome de lugar são diversas e normalmente estão relacionadas com motivações pessoais e com a cultura da comunidade.

No entanto, DICK (1990: 19) salienta que,

“a toponímia acompanha de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro de um grupo que o acolhe, nada mais é do que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos factos cognitivos”.

Dando continuidade às reflexões sobre o estudo da Antroponímia e da Toponímia podemos afirmar que, a Toponímia reflecte as expectativas e a motivação no acto da nomeação do elemento geográfico. Por sua vez, a Antroponímia tem sido sempre, em todos os tempos, uma fonte inesgotável da toponímia, ficando a primeira dependente de várias circunstâncias, entre as quais podemos destacar o propósito de homenagear qualquer vulto ou personalidade mais ou menos importante sob qualquer ponto de vista.

1.4- Antroponímia: Nomes Próprios

A Onomástica, numa perspectiva filológica, teve em Portugal uma figura de grande relevo, LEITE de VASCONCELLOS, grande Mestre dos filólogos portugueses, que inaugurou esta ciência com uma obra que continua importante em muitos aspectos: a *Antroponímia portuguesa*, de 1928, que não tem paralelo nas outras filologias peninsulares.

Na verdade, os nomes de pessoas são especialmente identidades culturais, amplamente determinados pela origem e cultura da comunidade; no entanto, são signos que permitem identificar a cultura a que um indivíduo pertence.

O fenómeno onomatológico é tão antigo como o fenómeno linguístico.

O nome próprio não é nunca um mero símbolo: o nome é um elemento verdadeiramente individualizado do ponto de vista antropológico.

DICK (1990:190) diz que,

“os nomes próprios são nomes que servem apenas para identificar pessoas ou objectos. O nome não é nunca um mero símbolo, este é parte da personalidade do seu portador”.

Os nomes próprios de pessoas são amplamente determinados pela cultura a qual pertencem, contendo uma identidade personalizada e individualizada.

ULLMANN (1967), citado por CARVALHINHO (2007:114), considera que

“os nomes possuem uma função distintiva e significativa e o nome próprio não significa, ou seja, não conota, a sua função é meramente distintiva”.

Conforme salienta autor acima citado, assevero que o nome próprio como tal, na sua maior parte não conota a simpatia da pessoa nomeada, isto é, a carga semântica é atribuído independentemente da circunstância em que o indivíduo é nomeado. Por isso, os nomes próprios servem apenas para designar as pessoas com a

necessidade de os diferenciarem, significativamente, para a utilização de uma variedade de nomes com objectivo de se fazer qualquer distinção entre os membros da mesma comunidade.

Para GONZÁLEZ (2000:37) “os nomes estão relacionados com a criação de novos nomes de pessoas através da combinação de radicais ou sílabas de antropónimos preexistentes”.

Como explica o autor acima citado, os antropónimos, nas actuais sociedades partem, em geral, da combinação de radicais e de nomes existentes. Esta possibilidade, enquanto prática aceite ou não, numa determinada sociedade, não é algo que faça parte do sistema linguístico, mas tem a ver com a componente cultural da onomástica e também com componente jurídica da denominação atribuída ao recém-nascido.

Na verdade, em todas comunidades é possível observar a presença de antropónimos; em todas as línguas e em todas as culturas e em todos os tempos, desde os primórdios da humanidade. Porém, quando tais nomes eram atribuídos tinham por base um significado intimamente ligado àquele ser, traduzindo a realidade condizente com os indivíduos portadores daqueles nomes.

Em tempos remotos o nome próprio cumpria uma função significativa. Hoje, em termos de motivação, os nomes são mais uma questão da fé e da influência da televisão.

ULLMANN (1964), citado por DICK (1990:181), defende que os nomes próprios

“não são conotativos, designam os indivíduos que por eles não são chamados, mas não indicam nem implicam nenhum atributo como pertencente a estes indivíduos (...)”.

DICK (1990:181) afirma que,

“o sentido originário dos nomes próprios só se revela por inteiro através da recomposição das formas de linguagem procedente; esse sentido é ocultado, sem sombra de dúvida, na opacidade de registo contemporâneo, quando os designativos são escolhidos, na maioria das vezes, muito mais pelo modismo actuante no momento do que por qualquer outra preocupação, como por exemplo o seu legítimo significado”.

Muito já foi escrito a respeito da origem e do significado dos nomes próprios de pessoas e da disciplina que os compreende, a Antroponímia. Toda uma teoria foi construída com o objectivo de evidenciar os princípios dessa classe particular de signo linguístico e de interpretar os nomes próprios como elementos meramente identificadores ou distintivos dos homens entre si, ainda que privados do seu conteúdo semântico.

Nesta perspectiva, é importante sublinhar que o estudo antroponímico, além de muitos outros objectivos, pretende encontrar a motivação que leva os pais a nomear a criança de uma determinada maneira. Porém, o estudo dos antropónimos da língua Cokwe pressupõe o conhecimento dos nomes antroponímicos de todos grupos sociolinguísticos que habitam na Província da Lunda-Norte de modo a poder fazer uma melhor caracterização.

A pesquisa no campo onomástico, relativamente aos antropónimos da língua Cokwe apresenta um quadro difícil no que diz respeito aos comportamentos na atribuição de nomes às crianças, apesar de cada nome carregar consigo uma história, que traduz a razão da sua escolha.

No entanto, muitos nomes próprios recolhidos ao longo da nossa pesquisa, não reflectiam a simpatia dos nomeados; mas correspondiam a certas circunstâncias

vividas pelos pais, outros eram retirados do apelido dos avós e não possuíam uma relação com a realidade do nomeado.

CARVALHINHOS (2007), citado por RODRIGUES e COELHO (2012:77), em *As origens dos nomes de pessoas*, apresenta uma visão mais voltada para os aspectos socioculturais ao dizer que

“o nome próprio tem como função registar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos [...] Basicamente o nome próprio pode originar-se de fontes históricas, bíblicas ou modernas. Nos nomes de língua portuguesa, a origem liga-se à própria história da língua [...]” (CARVALHINHOS, 2007:7).

Neste sentido, a língua e a cultura são dois fenómenos indispensáveis na caracterização dum grupo social, pois permitem conhecer as várias razões que emergem da cultura Bantu na atribuição de nomes (próprios ou apelidos), ou seja, a sua origem e o significado que está associado à realidade sociocultural do povo.

Assim, CARREIRA e QUINTINO (1964:18), em *Antroponímia da Guiné Portuguesa*, afirmam que “os nomes têm tido várias acepções, no valor que assumem nas relações sociais e outras igualmente importantes do ponto de vista social, com largo emprego na Guiné”, no qual sublinham as seguintes acepções:

- Nomes próprios ou nomes de nascimento (adoptados no baptismo ou cerimónia equivalente e nomes escritos no registo civil);
- Apelidos (nomes de família, transmitidos ordinariamente de geração em geração).

Na verdade, Angola, enquanto país multicultural e sociolinguístico não apenas pelas suas características étnicas, mas também plurilingue, pela diversidade

populações de outras comunidades que vivem no seu espaço geográfico, com culturas diferentes, o modo de atribuir nome ao recém-nascido neste espaço geográfico é diferenciado de acordo com a realidade antroponímica de cada região, independentemente da existência das normas condizentes que regula a atribuição de nomes à criança no território angolano. As baixas apresentam-se os extractos da lei angolana que regula a atribuição de nomes a recém-nascido.

Relativamente à atribuição do nome ao recém-nascido, conforme extractos da **lei angolana de 10/85**, constantes no Diário da República de 19 de Outubro de 1985, 1ª Série nº 84, que altera o Artigo 1 da Lei 10/77, de 9 de Abril, dever-se-á observar o seguinte:

- O nome completo, compor-se-á no máximo de cinco vocábulos gramaticais simples, dois dos quais só podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido.
- Em casos devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo de vocábulos poderá ser elevado a seis, mantendo-se, contudo o limite de dois nomes próprios.
- Os nomes próprios ou pelo menos um deles será em língua nacional ou em língua portuguesa.
- Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma originária ou adaptada.
- Os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes das famílias paterna, materna ou ambos os progenitores do registando do progenitor. Não podendo o registando ter depois do apelido Neto ou Júnior.

Os nomes próprios têm origem, por regra geral, na língua corrente, isto é, em palavras simples, derivadas ou compostas e referem-se, nos seus primórdios,

conforme as línguas, a causas e a fenómenos da natureza, ao tempo, à geografia, a qualidades físicas e morais dos indivíduos, a circunstâncias, necessidades e ocupações da vida ordinária, à religião, à magia, à guerra ou a outros aspectos da vida social.

1.4.1- Nome Próprio: um signo linguístico

O nome próprio é um signo linguístico que designa seres, lugares ou objectos. O nome próprio é um elemento especificador que identifica um indivíduo numa determinada sociedade; os nomes próprios são definidos como substantivos que nomeiam os seres humanos, sempre individualmente.

O nosso objectivo centra-se no estudo de nomes antroponímicos, nomes ou apelidos do grupo sociolinguístico Cokwe, que, em geral, são nomes que provêm de diferentes domínios da sociedade Cokwe.

Vejamos os seguintes antropónimos:

<Ndvumba> ou <Thambwe> nome próprio na língua Cokwe, que significa em português “Leão”; <Lwíji> nome próprio em Cokwe, que significa em português “rio” ou um curso natural de água; <Phwo> nome próprio ou apelido em Cokwe que significa em português “mulher”; <Phici> nome próprio ou apelido na língua Cokwe, que significa em português “rico”; <Mutaleno> nome próprio em Cokwe, que significa em português “tomar conta de, cuidem”.

Assim, muitos dos nomes atribuídos na sociedade Bantu, tradicionalmente, anunciam um facto que transmite uma mensagem, tal como acontece noutras regiões do mundo. Nesta perspectiva, VASCONCELLOS (1928:244) afirma que “Na China a criança recebe um nome que é comum aos seus descendentes, e no fim do primeiro mês o segundo nome, tirado de um animalzinho ou planta”.

A atribuição de nomes na língua Cokwe quer, sejam antropónimos, quer topónimos é feita em função das circunstâncias envolventes. Cada nome tem um significado específico. No entanto, por vezes, as influências de outras línguas acabam por levar à perda do valor semântico dos antropónimos, relacionados com uma nova realidade. De acordo com a morfologia do nome, nomeadamente através de prefixos, podem formar-se outros antropónimos (apelidos) na língua Cokwe:

Kacokwe, significa em português (um cokwe), *Tucokwe* (alguns cokwe);

Kafunga (pastor), *Tufunga* ou *Tukafunga* (pastores, pastorinhos);

CASANOVA (2009:194), na *Terminologia da gramática tradicional*, afirma que o nome comum “pertence à classe de palavras lexicais que desempenham funções nucleares no sintagma nominal. São formas lexicais porque se inserem em classes abertas, as quais estão sempre prontas a receber novos elementos”.

Referindo-se à terminologia da gramática tradicional, a autora acrescenta ainda que, nesta terminologia define-se o nome comum (mais tradicionalmente o substantivo) como uma palavra que designa pessoas, coisas, animais ou acções.

SAUSSURE (2006:80), no *Curso de Linguística Geral*, a respeito dos nomes como signos linguísticos, afirma que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra mas sim, um conceito e uma imagem acústica de uma representação conceitual é, pois, uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser representada”.

Na vertente antroponímica os nomes que são atribuídos aos indivíduos não correspondem a realidade do nomeado, mas sim, servem apenas de um elemento diferenciador entre os seres e objectos, quer dizer que o valor semântico é dados consoante a circunstância, história, e a cultura de cada comunidade.

De acordo com MAIA (2006:56), “o signo linguístico é uma entidade da língua, esse produto social da faculdade da linguagem que se encontra na mente de todos os seus falantes” [...]. Portanto ao usarem os signos linguísticos, os falantes executam-

nos de forma variável do ponto de vista do significante, ninguém fala a mesma palavra exactamente da mesma forma.

OLIVEIRA e DUARTE (2003:210) afirmam que “os nomes são categorias linguísticas caracterizáveis semanticamente por terem um potencial de referência, isto é, por serem, em geral, utilizados numa situação de comunicação, com uma função designatória ou de nomeação”.

Nesta perspectiva, os nomes sendo considerados categorias linguísticas, por terem uma função referencial na comunicação, também servem de símbolo identitário que permitem diferenciarem-nos, pois, a posse de um nome pode ser considerada como um legado que cada indivíduo possui.

GONZÁLEZ (2000:38) afirma que, “o sistema antroponímico é formado pelo conjunto dos nomes próprios de uma determinada língua”.

No entanto, relativamente à questão do nome próprio enquanto signo linguístico, podemos dizer que em todas as comunidades os nomes próprios são conjuntos abertos de unidades lexicais que fazem parte de uma determinada língua, tendo em vista, o sistema antroponímico de cada sociedade que é formado pelo conjunto de nomes que pertence a uma língua.

VASCONCELLOS (1928:245) sublinha que “os povos primitivos denominam os filhos, segundo a circunstância que acompanha o nascimento: se na ocasião deste se vê um animal, se observa um fenómeno da Natureza, ou se acontece um certo acontecimento, escolhem o nome do acontecimento, do animal”.

Em todos os povos, é possível observar a presença de antropónimos, em todas as línguas e em todas as culturas e em todos os tempos, desde os primórdios da humanidade. Este fenómeno antropológico verifica-se em todas as sociedades, no entanto, na comunidade Cokwe a semelhança de atribuição de nomes às crianças têm o mesmo domínio, dão-se nome em função da época, cultura e história estão carregado de um significado com base num simbolismo cultural e circunstancial que acompanha o nascimento.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO GEOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

2.1- Caracterização Geolinguística de Angola

A República de Angola faz parte do continente africano, localiza-se na África austral com uma superfície total de 1.246.700 km²; é o mais extenso do território africano e o sétimo país do continente. Tem uma vasta costa ao largo do oceano Atlântico e uma extensão de 1650 km entre a foz do rio Zaire, ao norte, e a foz do rio Cunene, ao sul. A população é estimada em 25.789.024¹ milhões de habitantes.

Em termos fronteiriços, Angola está limitada a norte e a leste pela República Democrática do Congo, ao sul pela República da Namíbia, a este e a sudeste pela República da Zâmbia e a oeste pelo oceano Atlântico.

O País é composto por deztoitos Províncias, nomeadamente: Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda (capital política e administrativa), Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Kwando-Kubango, Namibe, Uíge e Zaire.

O primeiro europeu a chegar a Angola, foi o navegador - explorador português Diogo Cão em 1482, com as suas caravelas expedicionárias que seguiam a rota marítima para Índia à procura do lendário império cristão de Preste João. Nessa viagem, atracaram nas margens da foz do rio Congo.

O domínio colonial português esteve presente desde o século XV em alguns pontos do que é hoje território de Angola, interagindo de diversas maneiras com os povos nativos, principalmente com os que habitavam no litoral.

¹DADOS DO CENSO 2014.

Segundo AUGUSTO (2015:60-70), “a delimitação do território apenas aconteceu no início do século XX”. O mesmo autor acrescenta que, “Angola abrangeu o actual território do país no século XIX e a “ocupação efectiva”, conforme determinado pela Conferência de Berlim em 1884, apenas aconteceu por volta de 1920”.

Em 11 de Novembro de 1975, Angola obteve a sua independência depois de um processo nacionalista com uma das mais sangrentas guerras enfrentadas no continente africano. A guerra terminou depois da obtenção da independência.

O Português é a língua oficial para a população angolana, tendo sido imposta desde a época da colonização e adquirindo o estatuto de língua oficial após a independência. A língua portuguesa serve de veículo de comunicação e de relacionamento entre os vários grupos sociolinguísticos de Angola e é reconhecida de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste.

Para PEDRO (2014:78), “a situação linguística de Angola é caracterizada pelo uso exclusivo da língua portuguesa como a única língua oficial e de escolaridade. Esta situação herdada do colonialismo proporcionou a existência de um desequilíbrio linguístico, com grandes vantagens e benefícios para a língua portuguesa em detrimento das línguas nacionais”.

Tendo em consideração a diversidade das línguas nacionais, por um lado, e sobretudo a necessidade de intercompreensão e comunicação internacional, por outro, levaram o governo angolano a decidir manter a língua portuguesa, depois da independência, pela sua função veicular e social como a língua oficial do país. Existem em Angola outras línguas nacionais como em qualquer outro país africano.

MENDES (1985:16) afirma que “após a independência, Angola confrontou-se com o complexo problema linguístico resultante das coexistências de vários sistemas linguísticos, nomeadamente a coexistência das diversas línguas nacionais que se distribuem pelas regiões correspondentes aos povos bantu, e da língua portuguesa imposta durante a época colonial, e ainda a presença de alguns sistemas linguísticos

estrangeiros falados não só por estrangeiros, mas também por angolanos que estiveram refugiados durante a época colonial”.

De acordo com SOUSA (2012:74), assevera que “quando Angola obteve a independência, a preocupação atinente às línguas nacionais foi um facto”.

Conforme afirma o autor percebe-se que, a língua sendo um sistema de comunicação e, como qualquer sistema, serve-se de sinais, ela também reflecte a percepção do mundo vigente em dada comunidade cultural. Deste modo, a preocupação do governo angolano depois a independência, primeiro foi divulgar as línguas nacionais na rádio e mais tarde na televisão, foram criados espaço nacionais e regionais de noticiário nessas línguas para um grande público que não fala a língua adoptiva (o português), uma herança que viabiliza a comunicação de norte a sul e do mar para o leste.

Para COSTA (2002), citado por NETO (2012:26), “a existência da língua portuguesa ocorre numa sociedade caracterizada por uma forte estratificação linguística. Ela partilha o mesmo espaço sociológico com outros idiomas geneticamente distintos. É esse factor que faz com que Angola seja um país plurilingue, tal como a maioria dos países africanos, que possuem uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea”.

Na verdade o desenvolvimento da língua pode ser considerado como paralelo à sucessão das formações socioeconómicas, ou seja as línguas de uma mesma classe em diversos países de estruturas sociais idênticas teriam entre si um parente tipológico bem maior do que as línguas de classes diferentes e classe num mesmo país e na mesma nação.

FERNANDES e NTONDO (2002), citados por NAUEGE (2015:8) afirmam que “as línguas consideradas nacionais não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a um nível micro, quer dizer, usadas apenas entre os membros de um mesmo grupo etnolinguísticos”.

Desta situação surge fortemente combatido pelos colonizadores, isto é, através do processo de colonização levado a cabo pelas potências ocidentais não foi

suficiente para uniformizar as línguas para o povo colonizado. Atendendo a realidade sociolinguística de Angola, sendo um país plurilingue as línguas não gozam de nenhum estatuto definido, porque estas foram sufocadas quando, sistemática e injustamente, os programas de ensino oficial ignoraram a sua existência, por outro lado, existe a língua portuguesa neo-latina que, embora sendo a língua materna de alguns angolanos, constitui, para a maior parte, uma língua segunda, sobretudo nas zonas rurais, onde se encontra a maioria da população angolana.

Por sua vez, CHICUMBA (2013:241) afirma que “Angola é um país que, apresenta um património de grande diversidade multicultural e multilinguística, constituindo assim um manancial valioso que, através da política educacional de integração, procura preservar e proteger do fenómeno da globalização; esse património confere assim um papel relevante para a contribuição no desenvolvimento sustentado e harmonioso da sociedade”.

O mesmo autor acrescenta que, “no período pós-independência, a língua portuguesa transformou-se num instrumento indispensável para a propagação da política de uma Nação que emergia e necessitava de engendrar políticas de consolidação da unidade nacional” Os factos aqui mencionados mostram que a história de Angola teve muitas rupturas sob o ponto de vista linguístico, sendo que as línguas nacionais continuam a ser fortemente excluídas de qualquer situação oficial.

As culturas do povo angolano começam a conhecer novos rumos e, com isso, a preocupação com a recuperação das línguas locais; nesse sentido, têm sido dinamizadas linhas de orientação política com o objectivo de recuperar os valores perdidos da tradição étnica dos povos colonizados ou simplesmente com o objectivo de os preservar. No quadro abaixo pode observar-se a **distribuição linguística de Angola**, com as respectivas Províncias.

Província	Línguas faladas maioritariamente na Província
Cabinda	Fiote
Zaire	Kikongo

Uíge	Kikongo
Luanda	Kimbundu
Bengo	Kimbundu
Malanje	Kimbundu, Songo, Bangala
Kwanza-Norte	Kimbundu
Kwanza-Sul	Ovimbundo
Lunda-Sul	Cokwe, Lunda, Minungo
Lunda-Norte	Cokwe, Xinge, Lunda, Cilumba, Ukhongo, Matapa, Holo, Khari, Bondo, Songo, Bangala e Musuco.
Moxico	Cokwe, Umbundu, Luvale, Lutchaz, Bunda, Lunda-Ndembo, Lunda-Lua-Cinde.
Kwando-Kubango	Nganguela, Cokwe, Xindonga.
Huíla	Mwila, Kwanyama, Nyaneka-Humbi.
Namibe	Kuvale
Huambo	Umbundu
Benguela	Umbundu
Bié	Umbundu, Cokwe, Ngangela
Cunene	Kwanyama

Tabela 1. Distribuição Linguística de Angola²

²Fonte: REDINHA, *Etnias e Culturas de Angola*, Luanda: CITA-Banco de Angola, p. 441.

2.2- Situação sociolinguística da Província da Lunda-Norte³

A Lunda-Norte é uma das dezoito Províncias de Angola, situada no nordeste, faz fronteira a norte e a este com a República Democrática do Congo, a sul com a Província da Lunda-Sul e a oeste com a Província de Malanje. A Lunda-Norte ocupa uma área territorial de 103.760 km², sendo a terceira maior Província depois de Moxico e Cuando-Cubango, com uma população estimada de 862.566 milhões. A sua capital é a cidade do Dundo que está dividida administrativamente em dez municípios e vinte e cinco comunas.

A Província da Lunda foi criada no final do século XIX, precisamente a 13 de Julho de 1895 pelo regime colonial português, cuja capital era Henriques de Carvalho, hoje Saurimo.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº84/78 de 4 de Julho, da Presidência da República, publicado no Diário da República Iª Série-Nº156, surge a Lunda-Norte dividida em nove municípios e vinte e cinco comunas, tendo como capital Lucapa, em 1978.

Hoje, a Província conta com dez municípios e, actualmente, a sua capital é a cidade do Dundo.

Presentemente, Lóvua é um novo município criado pelo Decreto-Lei nº05/15, de 6 de Maio, resultante da revisão actual da divisão administrativa da Província da Lunda-Norte, considerando as actuais necessidades tanto das populações, como da administração e dos progressos verificados no domínio económico e social.

A necessidade de alteração dos limites do **município de Chitato**, constantes no Decreto nº84/78, de 4 de Julho, resultou da desanexação da comuna do Lóvua, elevado, entretanto, à categoria de município⁴.

³Disponível em <http://www.lundanorte.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Perfi>. Consultado em 23/09/2016.

⁴ Cf. Diário da República de Angola, Decreto-Lei nº5/15 I Séries - nº63

Debruçando-nos sobre a caracterização geográfica e sociolinguística da Lunda-Norte, podemos concluir que a Província é semelhante às outras Províncias de Angola. Existe um mosaico etnolinguístico e cultural, com muitos grupos e subgrupos étnicos tais como: Cokwe, Lunda, Bangala, Xinge, Luba, Bena May, Kakete, Kafia, Matapha, Cacongo ou Bandinga, Holo, Kari, Suku, ou Mussuku, Khoge, Paka e Songo. Todos estes grupos e subgrupos pertencem ao grande grupo de línguas Bantu.

Para se compreender o mosaico linguístico do povo Cokwe é necessário partir do princípio da evolução histórica do povo Bantu, que deu origem a vários povos.

O povo Cokwe é do grupo Bantu e o seu conhecimento baseia-se na tradição oral. A sua língua é o Cokwe existente em quase toda a extensão da Província e, em particular, no leste da Província e no centro e sul do país, sendo falada também em outros países africanos.

Actualmente, em Angola, por razões históricas relativas à sua expansão e fixação, esta língua é dominante nas Lundas norte e sul e no Moxico, tendo também fortes núcleos nas Províncias de Malanje, Cuando-Cubango, Bié e em pequenos núcleos na Província do Cunene. Fora do território angolano, os tucokwe (povo) têm uma presença notória na República do Congo, nordeste da República da Zâmbia e na Tanzânia. Nas Lundas os tucokwe constituem a etnia maioritária e mais influente neste espaço geográfico, exercendo uma hegemonia territorial e cultural através da sua língua.

A língua Cokwe, difundida e amplamente falada por quase todos os povos da Lunda, revela a forte influência cultural deste povo, para além dos seus hábitos e costumes, apesar da diversidade sociolinguística. Todas as línguas nativas da Lunda-Norte são línguas da mesma família, e pertencem ao grande grupo das línguas Bantu.

Segundo SOUSA (2012:25), “a designação Bantu não retrata um grupo étnico isolado; trata-se de uma designação que os antropólogos encontraram para identificar o grande grupo de povos que habitam o sul do Sahara”.

Os povos que habitam o nordeste de Angola são de origem Bantu. A instalação dos mesmos nessa região do país deveu-se ao processo migratório motivado pelas necessidades impostas pela vida, tal como a procura de melhores condições de vida, bem como por outros factores que influenciaram o nosso passado, mais concretamente devido à disputa pela terra e poder real.

Segundo TEIXEIRA (1948: 9), “a região da Lunda, de uma forma geral é limitada a norte e sul, respectivamente, pelos paralelos 5º S. e 12º S. de latitude e a oeste e leste pelo rio Cuango e Lualaba, com outro nome, antes eram designados como Runda ou Urunda, que significa em ambundo terra abandonada”.

Muitos pesquisadores historiadores, antropólogos e as autoridades tradicionais contribuíram sob o ponto de vista histórico para um melhor conhecimento da origem do povo Cokwe no território angolano. Cokwe é um povo que sociolinguisticamente é composto por vários povos ou grupo: Lunda, Lunda-Lwachinde, Lunda-Lwa-Ndembo, Matamba, Cacongo, Mai e Cokwe.

No princípio do século XIX, o povo Cokwe recusou prestar homenagem ao imperador da Lunda; entretanto, começou a emigrar para a região centro e leste do país, onde iniciou as trocas comerciais com outros povos, transportando o marfim, a cera, as borrachas que constituíam os principais produtos das trocas comerciais. Nos finais do século XIX, adquiriu poder económico, controlando o leste, donde saíam tais produtos. Assim, este povo foi o mais bravo e independente de toda a Angola.

No entanto, o poder económico deste povo manteve-se até ao final do século XIX e a sua independência tornou-se mais forte pelo facto deste povo possuir mestria em pintura e escultura, ser constituído por bons caçadores e guerreiros potentes; independentes que eram, mantiveram sempre a sua tradição e a sua cultura, rejeitando qualquer domínio da cultura europeia.

MANASSA (2011:24) afirma que os povos das Lundas “formaram-se na base do movimento migratório e constituíram-se com seus distintos nomes e língua”.

Esta afirmação demonstra que para o autor a origem do topónimo Lunda surge na base da migração e em função da influência de outras línguas que habitavam naquela região.

Na verdade, o surgimento do topónimo “Lunda” que muitos autores designam como “a língua e a terra”, tem sugerido muitas versões históricas, desde a colonização até à presente data, no que tange ao surgimento da língua e à designação da região nordeste da Lunda.

Na perspectiva do soberano Muatchissengue (José Satambi⁶), entrevistado por MANASSA (2011:24), “o termo Lunda provém da forma como é designada na língua Lunda “*um-rhunda*”, que significa a zona de nascente de rios com elevações”.

O povo Cokwe fazia parte do Império-Lunda de Muatiânvua (‘Mwata⁷Yanvo⁸’), cuja ascensão e queda na região central africana ocorreu entre os séculos XVII e XIX. Segundo REDINHA (1958:11-2),

“Esta dominação (Lunda) havia terminado no século XIX, e foram muito especialmente os Cokwe, povo caçadores, que as circunstâncias transformaram em guerrilheiros, que abateram o poder do Muatiânvua, invadindo a Lunda de Além Cassai, onde tomaram de assalto a capital dos Lundas ou Mussumba⁹, nas proximidades do rio Calanhi¹⁰”.

⁶ JOSÉ SATAMBI “MUACISENGE” soberano dos povos Lunda-Cokwe. Entrevistado por MANASSA, (2011: 21).

⁷ Significa ‘soberano’.

⁸Yavua, em língua Lunda, designa uma serpente pequena que aparece no subsolo na época de cultivo. Por isso, considera-se “dono da terra”.

⁹Mussuba é uma nova localidade para habitar ou para acampamento para a caça. O Rei Lunda adaptou-a como sede, posteriormente ao Império.

¹⁰ Afluente do Lubilachi (Congo Belga).

Assim, a designação do grupo Cokwe, no território angolano, caminha a passos largos para a lista dos nomes históricos; o povo Cokwe tornou-se o mais importante do nordeste e um dos mais notáveis de Angola.

Das actuais populações do nordeste pode dizer-se que ele é étnica e historicamente o resultado de dois grupos humanos: os Lunda de Muatiânvua e o povo designado de tucokwe, originários de Além-cassai e a partir dos quais os tucokwe constituíram o grupo mais numeroso e progressivo.

Para MARTINS (1990:9-10), “o vocábulo “tucokwe” indica o nome colectivo do referido povo. Ao aplicar-se os prefixos “ka” (forma diminutiva) e “tu” (número/ plural) e “u” (neutro/abstracção), formaram-se três palavras diferentes:

Kacokwe – um indivíduo do grupo

Tucokwe – grupo ou povo

Ucokwe – língua

CARVALHO (1890), citado por MARTINS (2001:148), sobre a origem do grupo Cokwe, afirma que “os povos do nordeste de Angola devem ter vindo da região dos Grandes Lagos, segundo a história contada por alguns velhos Tucokwe e Lundas, que dizem que os seus ancestrais terão vindo dos lados do nordeste, onde havia grandes montanhas geladas e um grande “Kalunga Ka Meya” (mar ou lago grande). Dizem eles que os Lundas descendem directamente dos Nzambi (Deus) e que todas as outras tribos negras descendem deles e praticam o sistema matrilinear”.

O mesmo autor faz uma abordagem sobre o surgimento do glossónimo “Cokwe” afirmando que:

“a origem do nome “Cokwe”, os nativos da região terão contado a Henriques A. Dias de Carvalho que este nome não existia na língua deles. Deve ter sido dado pelo Kimbundo, pois são os únicos que os tratam por

“Cokwe” em vez de “tucokwe”, como eles se intitulam e como são tratados pelos outros vizinhos. “Kacokwe” indica um elemento do grupo e forma o plural “tucokwe” para indicar a colectividade, enquanto “ucokwe” designa a língua dos Cokwe” CARVALHO (1890, op.cit.).

No entanto, este povo teve várias designações. Nos tempos coloniais, foram adoptadas variantes desta designação Cokwe, algumas aportuguesadas, pelo que este povo pode ser referido em muita literatura como: Quioco, Chocué, Ciokwe, Djok, Shioko, Tchocué, Tshokwe, Tchokwe e Tschiockloe¹¹.

Tucokwe é o termo mais correcto para designar este povo predominante do nordeste de Angola, que se estabeleceu, em finais do século XIX, nas Províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico; contudo, encontram-se também grandes núcleos na República Democrática do Congo e ainda outros que vivem no noroeste da Zâmbia.

Foi no nordeste da Lunda, isto é, na região da Lunda-Norte, que tem como capital a cidade de Dundo, e no município de Chitato, que realizámos o nosso estudo sobre a antroponímia na língua Cokwe.

2.2.2- Principais migrações étnicas fixadas na Lunda

De acordo com TEIXEIRA (1948), as migrações deste grupo étnico surgiram depois da morte do “lala Mácu” que tinha três filhos Tchinguri, lala e Lueje; antes de morrer indicou a sua filha mais nova “Lueji”, como sucessora, e pediu ao outros chefes que a amparassem e a aconselhassem, visto ser ainda nova e inexperiente, evitando que os irmãos se apoderassem do lucano¹².

¹¹ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola.

¹² Lucano - pulseira de cobre ou latão. Significa sucessão de herança. Indica que ainda não foi nomeado outra pessoa para o lugar do chefe da aldeia ou da família do consulente que tivesse marido.

Com isto, os dois irmãos não querendo sujeitar-se à autoridade de Lueji e do estrangeiro com quem ela se tinha unido, resolveram, com alguns parentes mais afeiçoados, abandonar as suas terras e ir organizar, longe dali, um novo e forte Estado, cujas forças pudessem mais tarde vencer as do Muatiânvua. Foram fixar-se para oeste e sudoeste dando origem aos povos Mbangala, Cokwe, Minungo e Songo que povoam as zonas linguísticas de Angola correspondente às Províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Bié, e Cuando Cubango (cf. MANASSA, 2013: 28; TEIXEIRA, 1948:72-3).

De acordo com alguns estudos feitos por MARTINS (cf. 2001:131), acerca do grupo étnico que ocupa o nordeste de Angola, “os Cokwe ou Lunda-cokwe, já que este último se julga ser descendente do primeiro, é um grupo étnico constituído pelas etnias Kakongo, ou seja, a mais pequena deste grupo, que vive no extremo nordeste da Província da Lunda-Norte, na margem do rio Cassai; esta etnia encontra-se dividida: uma parte vive no território de Angola e outra na vizinha República do Zaire, actualmente a República Democrática do Congo”.

MESQUITELA (1967) e MARTINS (2001), citados por MANASSA (2011:47), afirmam que “estes povos apareceram no império Lunda de forma minoritária, em pequenos grupos ou tribos dispersos ao longo da floresta da margem do rio Cassai, fugindo do pagamento de tributos e outros horrores do império, tais povos vivem nas Províncias do Cassai e do Catanga, e na vizinha República Democrática do Congo, assim como o seu chefe supremo ou imperador Lunda”.

Os mesmos autores acrescentam que:

“cerca de 80% da população do nordeste de Angola pertence à etnia Cokwe, também considerada uma grande etnia por ocupar três Províncias de Angola, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico”.

De acordo com REDINHA (1958), durante o ano de 1985, o nordeste viveu as horas mais inquietas e mais bravas da história moderna; os povos viviam em grande agitação, a terra sofreu fortes abalos sísmicos.

Esse ano também ficou marcado pela grande revolta dos tucokwe contra o domínio dos Muatiãnvuas. Os lundas, caídos sob a influência dos tucokwe, ficaram em franco regime de assimilação por este povo.

2.2.3- A Língua Cokwe na Província da Lunda-Norte

Na Província é importante referir que estão representados muitos grupos etnolinguísticos na Lunda-Norte.

O termo etnolinguístico integra duas noções: etnia e língua. Nesse sentido, vários autores apresentam algumas definições e perspectivas.

SAUSSURE (1984) afirma que “a língua é um sistema específico de signos articulados, que servem para transmitir mensagens humanas”. E acrescenta que “a língua é de natureza social, pois é partilhada por uma comunidade que admite as suas convenções, mas pouco a pouco se modifica, dando o seu carácter evolutivo”.

De acordo com PAUL (1966:13), “a língua como todos produtos da cultura humana, é um objecto da contemplação histórica; mas assim como cada um dos ramos da ciência histórica, também a história da língua tem de ser acompanhada dum ciência que se ocupe das condições gerais da vida do objecto que historicamente se desenvolve”.

Assim, numa comunidade sociolinguística temos que ter em conta o valor cultural da língua que é um grande factor de aproximação e de união do povo.

Para CHICUMBA (2013:9), “as línguas nacionais constituem a base fundamental da preservação da herança e identidade culturais do povo, transmitidas durante séculos das gerações tradicionais ancestrais para as novas gerações”.

A língua Cokwe é o nome da língua e cultura de um dos mais importantes grupos étnicos na cultura angolana, juntamente com os Ovimbundu, Kimbundu, Bacongo e Ngangela. Pensa-se que sejam descendentes dos pigmeus Mbundu e Mbuti, tendo sido abrangidos pelo grupo cultural mais amplo, o grupo Bantu.

CUNHA (1987), citado por SOUSA (2012:26), relativamente à importância das línguas refere que “a língua de um povo é um sistema simbólico que organiza a sua percepção do mundo, e é também um diferenciador por excelência”.

Embora defendamos o relativismo cultural, a identidade cultural de um grupo étnico só se torna eficaz quando a língua prevalece, caso contrário se um povo perde a sua língua, automaticamente perde a originalidade da sua cultura e passará a adoptar a cultura, ou parte dos valores da cultura do povo cuja língua assimilou.

QUIVUNA (2014:46) afirma que “cada povo tem uma língua, cada povo tem uma cultura e cada cultura está associada a uma língua”. Assim, a identidade cultural de um grupo étnico só se torna eficaz quando a língua prevalece.

Na região em estudo existem vários subgrupos sociolinguísticos que habitam a Província, tais como: Cokwe, Lunda, Bangala, Xinge, Luba, BenaMay, Kakete, Kafia, Matapha, Cacongo ou Bandinga, Holo, Kari, Suku, ou Mussuku, Khoge, Paka e Songo. A língua Cokwe é a mais falada, e funciona como língua de unidade ou língua franca¹³ (vide mais adiante o mapa sociolinguísticos da Lunda-Norte¹⁴).

A escolha da variedade social ou dialectal que deve ser considerada como norma-padrão é uma questão delicada: se, do ponto de vista meramente linguístico, todas as variedades são igualmente válidas desde que sirvam para a comunicação dos falantes, já numa perspectiva social a escolha de um determinado dialecto enquanto

¹³ *Veicular - uma língua que permite a comunicação entre populares que falam outras línguas.*

¹⁴ *Mapa do Grupo sociolinguístico da Lunda-Norte; dados fornecidos pela direcção provincial da Cultura da Lunda-Norte, 2016.*

norma é um factor de discriminação positiva, pelo que, geralmente, coincide com dialecto do estrato da população que possui maior prestígio e poder (cf. MATEUS, 2006:88).

O estabelecimento de uma língua nacional pode servir para criar uma identidade colectiva em grupos e uma hierarquia legitimada entre língua e dialectos dentro dos limites de um Estado-Nação. Por isso, a valorização da língua vernácula depende directamente da política e estratégias implementado pelo governo de cada país.

No quadro da unidade nacional, essa estratégia envolve a constituição de símbolos de unidade, de uma identidade colectiva, que são difundidos através de um grupo ou de uma pluralidade de grupos.

Por sua vez, IMBAMBA (2012:43) afirma que “a língua é a *conditio sine qua non* para a constituição de qualquer grupo social, o qual é sempre portador duma determinada cultura”.

Por isso, as línguas nacionais e os grupos sociais, para sair do isolamento, deve abrir-se ao mundo da comunicação, ao mundo da palavra que é o único veículo de que dispõe o homem para transmitir aos outros os próprios sentimentos, para transmitir a própria cultura que passa de indivíduo a indivíduo e de geração a geração, isto é, valorizando as línguas nacionais e culturas de cada comunidade.

Para MARTINET (1991:25), “o termo língua designa um instrumento de comunicação duplamente articulado e de manifestação vocal”.

Assim, a língua não é simplesmente um sistema produtor de sentido, ela é também social e partilhada por uma sociedade. As relações sociais modelam as práticas comunicativas e, portanto, influenciam a língua e a situação sociolinguística dos indivíduos.

O encontro de várias culturas e de diferentes línguas, numa comunidade, cria interferências na comunicação que ocorrem quando existem vários povos, cujos sistemas de comunicação são diferentes.

Segundo afirma LUSAKALALU (2005:45), “as línguas são um contínuo de variantes. O mais difícil, do ponto de vista linguístico, é determinar com precisão onde começa ou acaba uma língua”. Acrescenta que, “um mapa linguístico é absurdo, embora dê uma ideia de onde os falantes de certas línguas se consertam no plano geral”. A categorização apresentada em *Línguas e Unidades Glossonímicas, Contribuição para um estudo da diversidade linguística de Angola e Namíbia* dá uma visão valiosa contribuição para a análise desta questão.

A língua deve ser considerada um elemento indispensável da identidade nacional e uma herança a conservar. Segundo NETO (2012:29), “todas as comunidades linguísticas têm o direito de usar a sua língua e de mantê-la em todas as formas de expressão cultural”.

No entanto, SEVERO (2014:27) afirma que, “as línguas tais como as conhecemos são invenções coloniais, e se elas são tomadas como um problema contemporâneo a ser gerido, tal problema é, em grande medida, herança de práticas coloniais que têm sido cada vez mais questionadas e transformadas”.

A língua enquanto património sociocultural do povo carece de especial atenção para que não desapareça. O valor sociolinguístico de um povo está na própria língua, sendo este um elemento básico da identidade cultural da comunidade.

No seguinte mapa, podemos ver a diversidade etnolinguística da Província Lunda-Norte¹⁵.

¹⁵ Fonte: Direcção Provincial da Cultura da Lunda-Norte, 2016.



Ilustração 2. Mapa de Distribuição de Grupos etnolinguísticos da Lunda-Norte.

2.3- Características fonológicas da língua Cokwe

MATEUS (1990)¹⁶ em *Fonética, Fonologia e Morfologia do português afirma* que, “o estudo do sistema fonológico das línguas exige logicamente um conhecimento desenvolvido de características dos sons (...) a fonética é assim uma base indispensável da fonologia”.

A fonologia obriga a um exercício de abstracção a partir do nível sonoro das línguas. Assim, para as línguas bantu, faz-se igualmente o estudo dos sons consoante a realidade de cada língua, de tal maneira que podemos distinguir as características fonológicas da língua Cokwe.

Iremos basear-nos no alfabeto da língua Cokwe aprovado pelo Instituto de Línguas Nacionais, resolução **nº 3/87 de 23** de Maio da República de Angola e na “ortografia fonológica”, isto é, na fonologia da língua Cokwe.

¹⁶ MATEUS H. M. MARIA - *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português. Universidade Aberta, p. 297.*

De acordo com o quadro fonológico preconizados pelo Instituto de Cultura e Línguas Africanas, que adiante apresentaremos, as vogais são como em português: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/, sendo algumas breves e outras longas.

A vogal /e/ (breve) na pronúncia rápida antes da vogal, geralmente, com o valor de /i/. Exemplo: *phembemutoma* “phembémwtóma” (cabra branca); *ngombeapemaou* “ngombeápema” (boi bom); *anamaphwo* “anamáphwó” (filhas meninas).

Na língua Cokwe não existem ditongos, mas sílabas distintas, por exemplo: *Au mutondo* (esta árvore) soletra-se *a-umutondo*.

A língua Cokwe apresenta consoantes simples, num total de trinta e um fonemas.

Os grafemas, em número de vinte e um, são utilizados para a escrita das consoantes, das vogais e das semivogais.

Os dígrafos, em número de nove, servem para representar as oclusivas sonoras exclusivamente pós-nasais (/mb/, /nd/, /ng/), as oclusivas aspiradas (/ph/, /kh/, /th/), as africadas (/tf/, /tv/) e a nasal palatal (/ny/) e O único tígrafo é utilizado para representar na escrita o complexo africado com nasal (/ndv/).

Alfabeto do Cokwe: /a/, / c/, /e/, /f/, / h/, /i/, /j/, /k/, (kh), /l/, /m/, (mb), /n/, (nd, ng, nj), /o/, /p/, (ph) / s/, /t/, (th), /u/, /v/, /w/, /x/, /y/, /z/.

Vogais: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

Semivogais: /w/ e /y/.

/Y/, semivogal palatal, representa uma rápida transição para a vogal seguinte, com a qual forma uma espécie de ditongo crescente, como /i/ de *alfaiate, leia*, etc.

/w/, semivogal velar, representa uma rápida transição para a vogal seguinte, com a qual forma uma espécie de ditongo crescente como /u/ de ‘equação’, ‘lua’, ‘rua’, etc.

Quando há duas vogais finais, formam-se duas sílabas, sendo a primeira sempre acentuada. Por isso, empregam-se as semivogais /w/ e /y/ para acentuar a vogal seguinte, ou as sílabas anteriores ou seguintes. Deste modo, apresentamos os seguintes exemplos: O /w/ emprega-se em substituição do /u/, por exemplo: Ku-fua; ku-fw-a (morrer); o /y/ substitui o /i/ breve, por exemplo: limbia; y-im-by-a (panela).

O quadro seguinte mostra as diferentes representações dos fonemas e o seu lugar nas palavras isoladas. As palavras apresentadas servem não só para ilustrar o valor fonológico dos grafemas, mas também os esquemas tonais mais frequentes ao nível lexical.

Representação Fonológica	Representação Grafemática	Representação Gráfica		Como em ...	Significado em português
[a]- [ɑ]	/a/	a	A	<i>Cala</i>	<i>Unha</i>
[~b]	/mb/	mb	mbê	<i>mbémba</i>	<i>Pássaro</i>
[c]	/c/	c	cê	<i>cáu</i>	<i>Ponte</i>
[~d]	/nd/	nd	ndê	<i>ndóngo</i>	<i>Agulha</i>
[~dv]	/ndv/	ndv	ndvu	<i>ndvundvu</i>	<i>Borracha</i>
[e]	/e/	e	e	<i>éne, enya</i>	<i>Donos, próprio</i>
[f]	/f/	f	fê	<i>fúnda</i>	<i>Embrulho</i>
[~g]	/ng/	ng	ngê	<i>ngóma</i>	<i>Batuque, tambor</i>
[h]	/h/	h	ha	<i>hámba</i>	<i>Boneco, amuleto</i>
[i]	/i/	i	i	<i>ifwo</i>	<i>Carne, morte</i>
[ʒ] ~ [ʒ̃]	/ʒ/	j	jê	<i>jína</i>	<i>Nome</i>
[k]	/k/	k	kê	<i>kulu, kufwa</i>	<i>Perna</i>

[k ^h]	/kh/	kh	khê	khámbu	Cabelo
[l]	/l/	l	lê	longa, linga	Prato, fazer
[m]	/m/	m	mê	mâma	Mãe
[n]	/n/	n	nê	nóngá	Verão
[ɲ]	/ny/	ny	nye	nyáli, nyma	Cunhado(a)
[o] ~ [ɔ]	/o/	o	o	cómbu	Javali
[p]	/p/	p	pê	pámbo	Peito
[p ^h]	/ph/	ph	phê	phóko	Faca
[s]	/s/	s	sê	sónde	Formiga
[t]	/t/	t	tê	tâta	Pai
[t ^h]	/th/	th	thê	thámdo	Distância
[tf]	/tf/	tf	tfu	tfúmba	Naco
[tv]	/tv/	tv	tvu	tvúlo	Sono
[u]	/u/	u	u	únga	Farinha, fuba
[v]	/v/	v	vê	vúmba	Cheiro
[w]	/w/	w	wê	wálwa	Bebida
[ʃ]	/ʃ/	x	xê	kúxika	Recomendar
[y]	/y/	y	ye	yámbu	Capim
[z]	/z/	z	zê	kúzanga	Amor

Tabela 2. Fonemas e Grafemas da língua Cokwe.¹⁷

Portanto, o alfabeto Cokwe é constituído por trinta e um grafemas¹⁸. Os grafemas são utilizados para a escrita das consoantes, das vogais e das semivogais.

¹⁷ Fonte: Instituto Nacionais de Línguas de Angola, 1980.

¹⁸ Fonte: Instituto Nacionais de Língua: Histórico Sobre a Criação dos Alfabeto em Língua Nacionais, 1980.

Os dez dígrafos estão repartidos em oclusivas sonoras exclusivamente pós-nasais /mb/, /nd/, /ng/, oclusivas aspiradas /ph/, /kh/, /th/, africadas /tf/, /tv/ e a nasal palatal /ny/ e um único tígrafo que será utilizado para representar a escrita do complexo africado com nasal.

Como vemos, o alfabeto adoptado é latino, idêntico ao da língua portuguesa que nós conhecemos. Todavia, como é insuficiente para a representação de certos fonemas, acrescentaram-se mais três grafemas: /k/, /y/, /w/. Destes, o /y/ e o /w/ funcionam como semi-vogais na língua Cokwe como por exemplo: [kw] *kwanda* (tirar), *kwóka* (assar); [ly] *Yambo* (capim); *lyembe* (pombo); [lw] *wálwa* (bebida), *lyéswe* (todo).

O fonema /r/ não existe na língua Cokwe; é quase sempre substituído pelo fonema/l/. Porém, quando seguido de /i/, aproxima-se muito do /r/simples em português. O fonema /r/ é inexistente (na maioria das línguas Bantu). Temos como exemplo: (Laranja) - lalanja; (trabalho) - miljimo; miljima- (escuridão) é pronunciado como se fosse mirjimo e mirjima.

Na língua em estudo, ainda encontramos o fonema [ɲ], nasalizado, que é uma variante do /n/ que palataliza-seem/ny/. Por exemplo, *hana* (dar); *nahanyine* (tinha entregue); *kundakenya* (entregar-se); *kunyima* (atrás).

A consoante /p/ pode ser combinada com a consoante /h/ para formar sons aspirados. Assim, vejamos os seguintes casos: *phóko* (faca); *phánga* (carneiro, ovelha); *phango* (bengala, pau); *phúka* (abelhas); *phemba* (barro).

Para além dessa descrição sobre os grafemas, existem outras particularidades que em seguida vamos descrever. Em Cokwe, existem fonemas idênticos ao português: /b/, /c/, /d/, /f/, /g/, /h/, /j/, /k/, /l/, /m/, /n/, /p/, /q/, /s/, /t/, /v/, /x/, /z/ e têm um valor único, representando cada um deles um único fonema.

No caso das fonemas /b/, /d/, /g/, tanto na escrita como na oralidade, nunca aparecem de forma isolada, mas sempre antecidos da letra /m/ ou /n/ atribuindo-lhe um carácter mais áspero, no início e no meio de vários vocábulos. Assim, surgem as combinações de /mb/, /nd/, /ng/, /ndv/, /ndj/.

Vejamos os seguintes casos: *ndumbu* (irmão ou irmã de sexo oposto); *athuangahi* (quantas pessoas são?); *mba*, *mbambula* (fogareiro); *mbe*, *lyembe* (pombo); *mboma* (jibóia), etc.

No caso do grafema /d/ nunca aparece sozinho; é sempre antecido por /n/ como por exemplo: *ndongo* (agulha); *ndemba* (galo); *ndando* (preçário); *ndako* (costumes).

O grafema /g/ quer seja nasalizado quer não, também ocorre em posição intermédia.

Existe ainda uma outra particularidade: o grafema /j/ pode formar o dígrafo /dj/, reforçado por /n/, passando assim para um trígrafo /ndj/, como por exemplo: *ndjéke* (saco); *njímba* (marimba); *kúndjila* (entrar).

Por sua vez, o grafema /c/ tem sempre o valor [ʃ] como por exemplo: *kacithu* (animal), *mucitato* (no Tchitato); *cípinda/ cimbinda* (caçador/ atrasado mental).

O fonema [s] na língua Cokwe, quer esteja no início da palavra quer esteja no meio, tem sempre o mesmo valor [s], como por exemplo: *kwasa* (ajudar); *ukwaciso* (socorro); *cikwaxi* (ajudante). O seu valor não se altera em função do grupo.

Outra particularidade da língua Cokwe está relacionada com o sistema tonal desta língua que apresenta uma articulação tonal baseada em dois tons de base: tom alto e tom baixo.

Segundo FERNANDES e NTONDO (2002), na língua Cokwe, os tons altos são grafados com um acento agudo (´), os tons baixos com um acento grave (`) e as vogais longas grafadas com acento circunflexo (^) por criarem um termo complexo, do tom alto e outro não-abaixado.

O tom baixo não é marcado; a ausência de notação tonal sobre uma vogal significa que esta é de tom baixo, por exemplo: [ngálò]-*ngálo* (cesto); [kú-tóndá]-*kútónda* (dar preferência); [phúkà]-*phúkà* (abelha); [tángwà]-*tángwa* (“dia”, espaço temporal entre o nascer e pôr do sol), mbinga[mbînga]- (chifres), Ndavo[ndávu]- (macaco), Pwo [phowô]- (mulher), Limi[lími]- (língua), Panga [phânga]- (ovelha), etc.

A distinção entre o tom alto e o tom baixo foi estabelecido a partir dos pares mínimos tonais do tipo: [kú] - *tanga/tangá* (ler/lê).

2.4- Estrutura morfológica e classes dos prefixos em Cokwe

Nas línguas Bantu, a estrutura morfológica dos nomes consiste no radical precedido do prefixo de classe a que nome pertence. Quando o nome não é primitivo, isto é, derivado de um outro nome ou de um verbo, para além do prefixo, há muitas vezes, modificações da vogal final (ANDRADE, 2007:111).

Conforme salienta o autor, no nosso entender, o nome é uma unidade lexical que serve para designar seres, coisas, eventos, estados, pessoas. Por outro lado, esse serve de elemento básico na diferenciação dos outros seres. Portanto nesta abordagem procuramos remeter exemplos de antropónimos à realidade actual Cokwe,

cuja cultura contém influências não só do português mas também indígenas, africanas em que os nomes destas culturas são formados de um prefixo que indica a sua presença a determinada classe, e um radical, tal como ocorrem em outras línguas Bantu e não Bantu de Angola.

ZAU (2011:57) considera-se que todas as línguas bantu têm uma origem comum, o proto-bantu, como, aliás, atestam as suas características linguísticas essenciais sendo que, “os nomes nas línguas bantu são caracterizados pelos prefixos que indicam os números singular e plural, ou seja, ao contrário da língua portuguesa que recorre ao morfema /s/ para indicar o plural, nas línguas bantu, a flexão faz-se com prefixos”.

É o prefixo nominal que determina o prefixo em todas as outras palavras em relação a ou em concordância com um determinado nome. Analisando os diversos prefixos nominais, é possível dividir ou reunir num determinado número de classe todos os nomes ou substantivos da língua Cokwe. As línguas bantu apresentam as flexões no início das palavras, ao contrário das línguas indo-europeias, que as apresentam no fim.

Todos os nomes comuns, em Cokwe, agrupam-se num certo número de classes, que se distinguem pelos respectivos prefixos, conforme se apresenta no quadro abaixo (BARBOSA, 2012:19).

No entanto, alguns nomes comuns estão na base de alguns antropónimos (nomes próprios e apelidos); por isso, destacamos a negrito esses casos.

Classe	Singular	Exemplo	Plural	Exemplo	Significado em Português
1ª	mu-	Mufu	a-	Afu	Morto/Mortos
2ª	mu-	Mufunda	mi-	Mifunda	Risco/Riscos
3ª	ci-	Cifwaha	yi-	Yifwaha	Ossos/Ossos

4ª	li-	Líso	me-	Meso	Vista/Vistas
5ª	ka-	<i>Kafunga</i>	tu-	<i>Tufunga</i>	Pastor/Pastores
6ª	lw-	Lwoji	Ng	Ngoji	Cordas/Cordas, Fio/Fios
7ª	lu-	Lukombo	ma-	Makombo	Vassoira/Vassoiras
8ª	u-	Ufuku	u-mau-	u/maufuku	Noite/Noites
9ª	-	Uzalo	u- mau	u/mau/mazalo	Roupa/Roupas
10ª	-	Mbandu	-	Mbandu	Ferida/Feridas
11ª	-	Ndako	-	Ndanko	Costume/Costumes
12ª	ma-	Mama	-a	Amama	Mãe/Mamãs
13ª	ku-	Kuya	-	Kuya	Comer

Tabela 3. Prefixos nominais dos substantivos comuns na língua Cokwe.

O prefixo *ku-* (*kw-* antes da vogal), sem plural; esta classe é constituída pelos verbos infinitivos verbais usados como substantivos. As diversas concordâncias conformam-se com o singular da 3ª classe.

O conceito de plural é introduzido por uma expressão correspondente a “coisas de”, na qual a palavra “coisas” é subentendida. Assim, comer ou comida diz-se *ya-kulya*, em vez de *yumayakulya* “coisas de comer, víveres”, (cf. BARBOSA, 2012: 31).

Segundo MARTINS (2001), em *ucokwe* tal como em todas línguas bantu, dividem-se os seres em determinados números de classes, cujo conhecimento é

absolutamente necessário, a fim de se poder estabelecer a perfeita concordância entre as palavras de qualquer oração.

Segundo o mesmo autor há nomes de pessoas e de alguns animais, que têm nomes especiais para cada sexo, e todos os restantes nomes são comuns de dois, ou epicenos, havendo, assim cinco formas de géneros, a saber: dois géneros distintos (masculino e feminino) para as pessoas ou coisas personificadas; dois para aves e uma para pessoas ou coisas personificadas, um neutro para coisas indeterminadas e, por fim, dois para designar, de uma maneira geral, todos os seres animados, com excepção de coisas personificadas.

Por exemplo: *mufwowa lunga*¹⁹, *mufwowaphwo*²⁰, *mwanawa lunga*²¹, *mwanawaphwo*, *kanukewa lunga*, *kanukewaphwo*.

2.5- Antroponímia na língua Cokwe

Um nome antroponímico, em qualquer sociedade, é um bem primordial que distingue os ser humanos dos outros seres, desempenhando um papel significativo na relação entre os seres humanos e carregando também um determinado simbolismo.

Com base nas nossas pesquisas sobre os antropónimos da língua Cokwe observámos que os nomes próprios e os apelidos nesta região tiveram muitas influências de outras culturas.

Os antropónimos são os primeiros legados que recebemos, às vezes, muito antes de nascer. Na sociedade Cokwe quando filho nasce é-lhe atribuído um nome, tal como acontece noutras comunidades. Este antropónimo é atribuído do ponto de vista histórico, em homenagem a ancestrais ou com base em circunstância do

¹⁹ Pessoa, homem ou pessoa macho.

²⁰ Pessoa, mulher ou pessoa fêmea.

²¹ Criança, rapaz ou criança macho.

comportamento que norteou o casal. É por isso que os nomes próprios são nomes que têm significados nas diversas genealogias.

Alguns nomes próprios usados pelo grupo sociolinguístico Cokwe apresentam um valor semântico que reflectem as diversas circunstâncias da vida social do indivíduo, tais como a doença, a morte, a solidão, o mau trato, o abandono, a desgraça, como por exemplo: Muambeno²², Mulambeno, Kufa²³, Caxála²⁴, Phici²⁵, etc.

O antropónimo <Mulambeno> significa em portugueses batam, é atribuído à criança do seguinte modo: se durante a gestação o marido batia ou mau tratava muitas vezes a esposa e originou a separação, após a nascença, o tio (materno), atribui o nome à criança, de acordo com os factos que traduzem os maus tratos sofridos noutra hora pela mãe.

A atribuição deste nome transmite a mensagem às outras famílias que não devem bater, mas devem cuidar da criança. Assim, numa comunidade existem sempre factos históricos e sociais que estão na base da motivação da atribuição de um nome próprio ou de um apelido à criança.

De acordo com VASCONCELLOS (1928:11), os sobrenomes são todos elementos de segunda opção; são nomes que acompanham normalmente o nome próprio da primeira opção.

Dessa forma, o autor esclarece que, o sobrenome como um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual, com o qual forma corpo. Os apelidos são designações da família, transmitida ordinariamente de geração em geração.

²² Significa – Falem

²³ Significa -Morte

²⁴ Significa - Sobrou, Sobre vivente.

²⁵ Significa - Rico

O antropónimo é um atributo que carece de especial atenção; através dele é possível especificar os fenómenos naturais e linguísticos que ocorrem na sociedade. É curioso notar que, ainda hoje, o primeiro nome que se dá aos filhos está sempre relacionado com qualquer facto ocorrido no momento em que a mãe dá à luz.

CÂMARA (2004), citado por BECHARA (2009:113), afirma que,

“Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antroponímicos que formam uma locução”.

Nesse sentido, como destaca CÂMARA (2004), aí se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o sobrenome, ou apelido, que situa melhor o indivíduo em função da sua proveniência geográfica, da sua profissão, da sua filiação (patronímicos), de uma qualidade física ou moral, de uma circunstância de nascimento, os dois vocábulos que constituem antropónimos.

Afinal, diferenciar um indivíduo no seio familiar ou de alguma pequena localidade não era problemático, todavia esse indivíduo em comunidade mais vasta exigia formas de denominação mais complexa. Por isso, os dois ou mais vocábulos antroponímicos era muito importante no processo de formação do sistema antroponímico.

Segundo FONSECA²⁶, nosso entrevistado acerca dos nomes próprios e apelidos da língua Cokwe, afirma que,

“Os apelidos na cultura Cokwe surgiram normalmente da mistura da cultura africana e ocidental, isto é, os apelidos na sociedade africana nos anos cinquenta não existiam, era normal encontrar pessoas com um único nome”. Percebemos que nestas sociedades antigamente, as pessoas só

²⁶ FONSECA SOUSA, *Director do Museu Regional do Dundo Lunda-Norte, nosso entrevistado em Agosto de 2016.*

tinham um nome designativo de identificação que tinha como função indicar o nome próprio do pai, tal como da linhagem na comunidade.

O mesmo informante acrescenta que, era raro encontrar alguém com o mesmo nome. Nesses casos entendemos que, se ocorrer uma coincidência de nomes entre duas famílias, era fácil distinguir as suas origens. Portanto, tal prática teve seu término com a influência do ocidente em Angola, isto é, com a chegada dos missionários no leste do país, começam assim, a surgir os nomes próprios aportuguesados e sobrenomes ou apelidos adoptados de várias realidades. Portanto os nomes próprios e os apelidos são designativos que permitem nos distinguir uns dos outros, logo, carece de uma especial atenção a fim de corresponder a pessoa nomeada, uma vez que, grande parte dos nomes é transmitida ordinariamente de geração em geração.

DINIZ (1918), citado por VASCONCELLOS (1928:244) afirma que, “nos Ganguelas, povo de Angola, dá-se o nome ao recém-nascido, atendendo às circunstâncias; muitas vezes adoptam nomes dos parentes vivos ou já falecidos, alguns com origem em nomes comuns relativos a plantas, objectos ou animais”.

De facto, nestas sociedades às circunstâncias de a atribuição de nome ao recém-nascido é um pouco semelhante as outras sociedades angolanas, pois, os nomes e os apelidos são atribuídos por várias motivações que emergem hoje dos antropónimos pertencente ao sistema angolano, tais motivo geralmente estão associado por diversas ordens.

A atribuição de nome, na língua local, garantia uma aparência de seriedade à família, como a homenagem a um ente querido, uma profissão, esta atribuição estava dependente da circunstância de nascimento ou o modo de vida; adoptavam, muitas vezes, apelidos relativos a animais e plantas, a fim de justificar o legado atribuído à criança.

Em seguida apresentamos a explicação do ancião Muatchicungo nosso informante, acerca do surgimento de apelidos na cultura Cokwe, em particular da história do seu nome:

Muachicungo²⁷ é o nome que os meus pais me atribuíram após a nascença; durante o percurso da vida ingressei na Diamang - Companhia de Diamantes de Angola, ainda muito novo, com outros colegas, mas acontece que no seio de todos trabalhadores indígenas fui o mais novo dos recém enquadrados naquele período.

Daí que os engenheiros portugueses me apelidavam de “pequenino” por ser o mais novo; pouco a pouco o nome foi ganhando espaço no seio dos portugueses e de alguns colegas. Por último, em alguns documentos da empresa já figurava o apelido “Pequenino” e assim surgiu nos meus documentos de registo. Actualmente, este nome figura como apelido de família.

Segundo os informantes, estes factos ocorriam em pequenas comunidades por motivos culturais, para além das questões práticas, pois ao possuir apenas um nome, as pessoas passaram a encontrar dificuldades para diferenciarem um indivíduo do outro, logo necessitavam de recursos para evitar a confusão. Geralmente, o indivíduo era chamado de Beltrano filho de Senhor Mbumba, da linhagem Muambumba.

Os antropónimos nesta sociedade não correspondiam a uma escolha da pessoa nomeada, nem remetiam às simpatias onomásticas do pai, mas sim do avô. É neste contexto que esse segundo designativo estabelece uma aliança da família. Temos os seguintes exemplos:

²⁷*Ancião MUACHICUNGO PEQUENINO, o nosso informante, entrevistado em 2016.08.10 deu o seu testemunho da tradição oral dos tucokwe em relação à atribuição de apelido à família.*

Muambumba, Muacahia, Ngunji, Nanjimi, Muatchissengue e os apelidos adoptados, Ngunji António, Muatchicungo Pequenino, Mongueno Ferreira Santos, Muambumba Baptista, Chicolassonhi Jesus Manuel, etc.

Por isso, um apelido de origem estrangeira nem sempre denuncia a nacionalidade da família que o usa. Isto demonstra que o nome próprio, para além de possuir regras morfológicas e semânticas acarreta marcas muito mais relacionadas com os pais do que com o do próprio nomeado.

No assento de nascimento que apresentamos a baixo, podemos observar os apelidos em língua Cokwe; seguem os parâmetros familiares: as motivações dos apelidos de família que pode ser exactamente iguais às dos nomes próprios e aos apelidos da família.

Nesse sentido, com a pesquisa feita neste campo, percebemos que muitos nomes vindo de outras línguas e culturas por não descrever a realidade onomástica de certas culturas, são rejeitados muitas vezes, a ideologia europeia herdada por nós se encontra enraizada que é quase impossível discernir o que é realmente nacional do que é herança colonial. Por este motivo, muitos pais preferem nomes da sua língua nativa em relação a antropónimos de outras línguas, alegando não conhecer a sua origem e o seu significado, preservando assim a sua genealogia.

No entanto, a atribuição de nomes ou apelidos às crianças, nesta comunidade, reflectem os factos que envolvem a família, principalmente do lado paterno como se pode observar neste assento de nascimento em que o pai tem um único nome que representa o nome próprio e serve também de apelido da família; é atribuído à criança como apelido em representação da linhagem.

Os três nomes atribuídos à criança revelam a escolha efectuada pelos pais e a motivação que está associada ao significado e à origem do nome.

Apresentamos um documento de registo de nascimento recolhido no Cartório do Registo Civil do Município de Chitato:

Assento de Nascimento

Fl. 1575

Assento n.º 3359

N.º _____

As 08 horas e _____ minutos do dia 05 de Agosto de dois mil 05 NASCEU n.º _____ de Quilim comuna de Se de Município de Quilim - Província de Quilim - N.º de um indivíduo do sexo Masculino a quem foi posto o nome próprio de Marsela Jaca Seta e de família Camburana

filho de Dumbanacio no estado de Solteiro de profissão Empresário natural de Quilim comuna de Se de município de Quilim e de Machico no estado de Solteiro de profissão Empresário natural de Quilim comuna de Se de município de Quilim e residentes Antes nascido

Neto paterno de Maurice e de Casimira e materno de Isabel Sampa e de Isabel

Este assento, lavrado com base nas declarações do próprio registado pelo

depois de lido em 2005 ante presente e conferido vai ser assinado pelos Intermediários por António Vitorino Dória de 2005 António Restantes de 2005 por António Vitorino Dória e por mim Christina Kaurua Cassimira

às 08 horas e _____ minuto do dia 05 de Agosto de dois mil 05 e 05 desta Quilim do Registo Civil de Quilim

António Vitorino Dória
António Restantes

Registado no (Diário) sob o n.º _____

Cédula n.º _____ Série _____
Documento n.º _____ Maço n.º _____
AVERBAMENTOS:

Ilustração 3. Assento de Nascimento, recolhido no Cartório do Registo Civil do Município de Chitato, ano de 2005.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS ANTROPONÍMICO

3.1- Constituição do Corpus

O estudo dos antropónimos não é recente na investigação em Linguística; muitos trabalhos foram feitos, nesta área, numa perspectiva onomástica baseada em textos. Hoje, é possível realizar estas investigações, recorrendo a *corpora* textuais, organizados em função da descrição do léxico antroponímico.

Segundo SARDINHA (2000:325), “*corpora* são conjunto de dados linguísticos textuais que foram colectados criteriosamente como propósito de servir para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”. Do mesmo modo, SINCLAIR (1999) citado por SARDINHA (2000:336) afirma que, “*corpus* é um conjunto de dados numa linguagem natural (autêntica) que pode ser usado como base para a pesquisa linguística”.

Tendo em conta as afirmações dos autores acima citados, no nosso trabalho, constituímos um **corpus de 100 antropónimos** todos recolhidos a partir de Cartório de Registo Civil do Município do Chitato e, de outras fontes orais, prestadas por autoridades tradicionais ligadas à cultura Cokwe.

Tivemos também em conta a legislação específica que rege a sociedade angolana no que diz respeito à atribuição do nome ao recém-nascido (*cf. A lei 10/85, constante do Diário da República de 19 de Outubro, 1ª Serie nº 84, que altera o Artigo 1 da Lei 10/77, de 9 de Abril*).

Do ponto de vista metodológico na presente dissertação, adoptámos um método descritivo, partindo da análise do *corpus* recolhido no Município do Chitato. Quanto à delimitação da região da investigação, importa dizer que Chitato é um

município da Província da Lunda-Norte, com uma superfície de 11.036 km². É delimitado a norte pela República Democrática de Congo, a este pelo município de Cambulo, a sul pelo município de Lucapa, e a oeste pelo município do Cuilo. Tem uma população estimada em 195.665²⁸ habitantes. A norte, fica a 10km da fronteira da República do Congo Democrático.

A constituição do *corpus* esteve na base da pesquisa realizada no Município de Chitato, com realce para alguns nomes colectados no Cartório de Registo Civil, com o objectivo de conhecer a grafia dos antropónimos, o significado que lhe está associado e a circunstância em que o nome é atribuído à criança.

Várias realidades foram verificadas e que carecem de especial atenção por parte dos pais e outros membros da comunidade. No entanto, sublinhamos que o modo de nomeação nesta sociedade não obedece a uma regra; cada família atribui o nome à criança conforme a sua realidade e as circunstâncias.

3.2- Variação gráfica dos antropónimos

Uma vez que pretendemos estudar a variação gráfica dos nomes antropónimos da língua Cokwe, tivemos em conta, na recolha do *corpus*, as variedades de documentos administrativos, onde se encontram os antropónimos grafados.

Esta recolha ajudou-nos a compreender a forma como alguns antropónimos se encontram grafados em alguns documentos oficiais de identificação e o modo como são pronunciados pelos nativos da língua de origem; além disso, o estudo visa identificar o significado que está associado ao nome e a circunstância em que os nomes são atribuídos à criança.

²⁸ Fonte: DADOS DO CENSO, 2014

No cartório mencionado, os diferentes assentos de nascimento revelam dúvidas relativas à grafia, apresentando variações gráficas, nomes grafados com /yh/, /tch/, /th/, /dj/, /ch/, /tx/, e com os grafemas /r/, /d/, /y/, /w/, /c/, /x/, e ainda com /sh/ e /tsh/; exemplos: Satxicuta, Mussumari, Mwatchissengue, Camwenhi, Mafo, Ribaia, Mwamwixi e Txipema, etc.

Os antropónimos acima mencionados apresentam variações de grafias devido às várias influências de línguas coloniais e ao facto das línguas bantu não possuírem uma grafia estabilizada e fixa.

No entanto, estes dados são referentes ao Cokwe que se fala na Lunda-Norte; existem outras variações gráficas relativas aos dialectos falados noutras regiões habitadas por membros deste povo, especialmente nas Províncias do Moxico, Bié e Cuando-Cubango, bem como na República Democrática do Congo e no noroeste da Zâmbia, onde existem os maiores núcleos; tal como sucede em qualquer língua, cada região tem o seu dialecto típico, próprio, segundo as influências mais ou menos evolutivas a que está sujeita.

Vejamos alguns exemplos de consoantes que revelam a disparidade existente entre o Cokwe falado na Lunda e o Cokwe falado no Moxico (cf. BARBOSA, 2012:12).

As consoantes /v/ e /z/ são frequentemente nasalizadas na Lunda, o que não acontece no Moxico.

Assim, nas Lundas, escreve-se *nguvu* (hipopótamo), *nzambi* (Deus), *nzango* (alegria), *kanvunvu*; no Moxico: *guvo*, *zambi*, *kavuvu*. Portanto, no Moxico não existem os fonemas nasalizados.

A fricativa pós-alveolar sonora /j/, nas Lundas, em alguns vocábulos, é pronunciada e grafada como africada pós-alveolar sonora /nj/. Assim, no Moxico

temos os exemplos seguintes: *kajila* (pássaro), *nambile* (dizia); mas nas Lundas, temos *kajiya*, *nambiye* (dizia).

A variação gráfica nos antropónimos Satxicuta, Muatchissenge, Tshissola, Tchijica, Thatha, Muxito e Tchokwe aparece também noutras línguas bantu.

O grafema /c/ devem ser escrito com /k/, como por exemplo <Satchikuta> em vez de <Sachicuta>.

Há manutenção da oposição fonológica entre [tj] e [ʃ].

No antropónimo <Mussumari>, em língua Cokwe, utiliza-se o grafema /r/, mas na língua oral é produzido o /r/ simples;

No antropónimo Massueca, o fonema [s] corresponde ao dígrafo /ss/ e o /c/ como acontece em português.

3.3- Análise dos Antropónimos

Nesta investigação, procedemos à análise linguística dos antropónimos recolhidos, a fim de identificar as variações da grafia, tendo em conta a fonologia da língua Cokwe.

No nosso *corpus* de análise dispomos de **100 registos de nascimento**, todos recolhidos no único Cartório de Registo Civil do Município do Chitato.

Apresentamos **10 antropónimos** extraídos de registos de nascimento de diferentes anos. Nas fichas antroponímicas apresentamos também os antropónimos com modificações de grafia e variantes gráficas.

Ficha antroponímica 1

- Antropónimo: Mwatchissengue

Transcrição fonética ['mwatʃi'senge]

Língua: Cokwe

Nome: nome próprio

Género: Masculino

Estrutura morfológica: substantivo masculino; unidade composta

Variantes gráficas: Muatxissengue, Mwatchissengue, Muachisenge, Mwacisenge

Proposta de harmonização grafia: Mwatchissengue

Etimologia/origem: bantu/Cokwe; Mwatha - Chefe; *Tchisenge* representa a linhagem da família real. Significa soberano, monarca, da etnia Cokwe.

Fonte oral, (cf. Xavier Afonso Chipuleno informante da cultura Cokwe, 10/08/2016).

Ficha antroponímica 2

- Antropónimo: Satxicuta

Transcrição fonética: [sa'tʃikuta]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Masculino

Estrutura morfológica: substantivo masculino, unidade composta

Variantes gráficas: Satchicuta, Satxikuta, Saxicuta, SaCikuta

Proposta de harmonização: Satchikuta

Etimologia/origem: bantu/Cokwe; *Satxicuta* é um nome composto formado pelo prefixo parental Sá que significa (filho de, ou refere a linhagem), e pelo nome próprio Tchikuta que provém da palavra <Kuta> e significa em português ‘repleto’ ou ‘empanturrado’.

Fonte oral, (cf. entrevistado ancião Muachicungo, 13/08/2016).

Ficha antroponímica 3

- Antropónimo: Tchicolassonhi

Transcrição fonética: [tʃikɔla'sɔny]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Masculino

Estrutura Morfológica: substantivo masculino, unidade composta

Variantes gráficas: Tchicolassonhi, Txicolasonhi, Chicolasonhi, Cicolasonhi

Proposta de harmonização: Tchikolasonhi

Etimologia/origem bantu; língua Cokwe; *Tchikolasonhi* é formado por duas palavras <tchikola>, que significa ‘crescer’, e <Sonhi> que em português significa ‘vergonha’, traduzindo “sentirão vergonha futuramente”. Significa uma pessoa muito injustiçada, por não ter filho ou algo importante na vida e quando consegue um filho(a) atribui-lhe este nome como réplica “amanhã terão vergonha de mim”.

Fonte oral, (cf. Nossos Informantes: Mussumeno e Xavier A. Chipuleno, 10/08/2016).

Ficha antroponímica 4

- Antropónimo: Matuca

Transcrição fonética: ['matfu'ka]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Uniforme

Estrutura Morfológica: verbo Intransitivo, unidade simples

Variantes gráficas: Matuca, Matfuka

Proposta de harmonização: Matfuka

Etimologia/origem bantu; língua Cokwe; *Matfuca* significa em português 'ofensa.' Geralmente quando a família do marido ou da mulher não gosta do casamento, por vezes a família da mulher ofende o genro, aquando do nascimento de um filho(a) atribuem este nome em função das vicissitudes ocorridas.

Fonte oral, (cf. Informante Xavier A. Chipuleno 10/08/2016).

Ficha antroponímica 5

- Antropónimo: Mafó

Transcrição fonética: ['mafwo]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Uniforme

Estrutura morfológica: substantivo, unidade simples

Variantes gráficas: Mafo, Mafwo

Proposta de harmonização: Mafwó

Etimologia/origem bantu; língua Cokwe; *Mafwo* contém um prefixo próprio plural na língua Cokwe <ma>, mas o nome <fwo> significa em português ‘conjunto de folhas, de uma planta’. Este antropónimo atribui-se à criança quando a mãe, para conceber, passou por fases difíceis na vida, isto é, tratamentos tradicionais para alcançar este objectivo; mafwo/folhas ervas curadoras foram o remédio da salvação. Logo, à nascença é atribuído este nome à criança.

Fonte oral, (idem. 10/08/2016).

Ficha antroponímica 6

- Antropónimo: Txicamamba

Transcrição fonética: [tʃikamãba]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Uniforme

Estrutura morfológica: verbo transitivo, unidade simples

Variantes gráficas: Tchicamaba, Txikamamba, Chicamamba, Cikamamba

Proposta de harmonização: Tchikamamba

Etimologia/origem bantu; língua Cokwe; *Tchikamamba* é etimologicamente formada por duas palavras, <Tchika> ‘o que’ e <mamba> ‘dizer’, e significa em português “dirá o quê?”. É sempre uma forma pejorativa, isto é, deriva de insultos ou provocações, pois pressupõe-se que esse alvo não lhes vai fazer absolutamente nada.

Fonte oral, (cf. Informantes Mussumeno e Xavier A. Chipuleno 10/08/2016).

Ficha antroponímica 7

- Antropónimo: Ngombe

Transcrição fonética: [go'mbɛ]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Uniforme

Estrutura morfológica: substantivo, unidade simples

Variantes gráficas: Gombe, Ngombe, Ngómbe

Proposta de harmonização: Ngómbe

Etimologia/origem: bantu; *Ngombe* em Cokwe é um nome próprio com origem num animal, em português significa 'boi'. Como elemento de troca, a fortuna de alguém era avaliada pelo número de bois; em Cokwe este antropónimo é atribuído ao criador de gado. *Ngombe* atribui-se à criança em memória do seu antepassado, como por exemplo filho do Sá Ngombe, "o criador de gado".

Fonte oral, (cf. Nosso informantes: Xavier Afonso Chipuleno; Muachicungo, 13/08/2016).

Ficha antroponímica 8

- Antropónimo: Sekessa

Transcrição fonética: [Sɛkɛ'ssa]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Masculino

Estrutura Morfológica: verbo transitivo., unidade simples

Variantes gráficas: Sequessa, Sequeça, Sekessa, Cequessa, Sekesa

Proposta de harmonização: Sekessa

Etimologia/origem bantu: Sekessa, Provém na língua Cokwe; significa em português “desvalorizar, ”. Geralmente este antropónimo é atribuído à criança, quando os pais são marginalizados pelas famílias ou outrem. Acontece quando uma pessoa beneficia de uma oferta (alimentos, vestuários ou outros utensílios), ao longo do tempo este ignora e desvaloriza a oferta.

Fontes:

-Barbosa, Adriano Correia. Dicionário Português/Cokwe

- Fonte oral: Mussumeno 10/08/2016.

Ficha antroponímica 9

- Antropónimo: Muxingueno

Transcrição fonética: ['muʃingenu]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Masculino

Estrutura Morfológica: verbo transitivo, unidade composto

Variantes gráficas: Muchingueno, Muxingueno, MuCingueno

Proposta de harmonização: Muxingueno

Etimologia/origem bantu; na língua Cokwe; Muxingueno formado por duas palavras, prefixo próprio singular (mu) + verbo (Chingueno) que significa em português “praguejar”. Este antropónimo pode ser atribuído a uma criança, naqueles casos, em que os pais tenham atravessado uma crise de violência e de desavença entre familiares na qual resultaram várias ameaças de morte e outras palavras pejorativas sobre o

casal; neste caso, os pais para demonstrar a indignação diante dos familiares atribuem ao recém-nascido o nome de Muchingueno.

Fontes:

-Barbosa, Adriano Correia. Dicionário Português/Cokwe

- Fontes orais: Informantes, (Mussumeno e Xavier A. Chipuleno, 10/08/2016).

Ficha antroponímica 10

- Antropónimo: Musseheno

Transcrição fonética: ['Musehɛno]

Língua: Cokwe

Nome: Apelido

Género: Masculino

Estrutura Morfológica: ver masculino, unidade composta

Variantes gráficas: Musseheno, Muceheno, Museheno

Proposta de harmonização: Museheno

Etimologia/origem bantu; língua Cokwe, (Museheno) nome próprio, masculino em Cokwe surge da combinação do prefixo <mu> que identifica a primeira pessoa do singular com a palavra <seheno> verbo rir; significa em português “riam”. No entanto, o antropónimo é dado à criança em situações diversas. Acontece normalmente quando a família sofria risos, humilhações, maus tratos por porte dos parentes e vizinhos, na aldeia, durante a gestação; após a nascença, é atribuído o antropónimo à criança em função das ocorrências. Tem por fim passar a mensagem às outras famílias que não se pode criticar alguém em situação aflitiva.

Fontes: Barbosa, Adriano Correia. Dicionário Português/Cokwe

- Fontes orais: Informantes, (Xavier e Mussumeno, 10/08/2016).

3.4- Base de dados antroponímica

No presente trabalho apresentamos um esboço de uma base de dados antroponímica feita com o software EXCEL.

As fichas explicam a situação dos nomes analisados na pesquisa, tratando assim as várias realidades existentes nos antropónimos do município do Chitato, relativamente à estrutura morfológica, à transcrição fonética, à etimologia, ao significado, às variantes gráficas e, por último, uma proposta de harmonização gráfica dos antropónimos da língua Cokwe.

1	Língua	Grupo étnico	Antropónimo	Variante Grafica	Etimologia e Significado	Transcrição Fonética	Proposta de Harmonização	Nome
2	Cokwe	Cokwe	Muatxissengue	Muatxissengue, Mw	Origem bantu: Mwatha- C	[mwaʃisenge]	Mwacisenge	apelido
3	Cokwe	Cokwe	Satxicuta	Sachicuta, Satchicu	Origem bantu: Satxicuta	[saʃikuta]	Sacikuta	apelido
4	Cokwe	Cokwe	Matuca	Mathuka, Matuca	Origem bantu: Mathuca si	[mathu'ka]	Matuka	Nome Própri
5	Cokwe	Cokwe	Chicolasonhi	Tchicolasonhi, Txi	Bantu: Chicolasonhi etimo	[ʃikola'soɲy]	Cikolasonhi	Nome Própri
6	Cokwe	Cokwe	Txicamamba	Tchicamaba, Txica	Etimologia/origem: Txic	[ʃikamãba]	Cikamamba.	apelido
7	Cokwe	Cokwe	Caxita	Kaxita, Caxita, Cac	Origem Bantu: ka- (peque	[kaʃita]	kaCita	Nome Própri
8	Cokwe	Cokwe	Mafo	Mafo, Mafwo	origem, bantu: Ma + fwo	[mafwo]	Mafo	Nome Própri
9	Cokwe	Cokwe	Muxete	Muxete, Muchete	Origem Bantu: significa ca	[muxete]	MuCete	Nome Própri
10	Cokwe	Cokwe	Napassa	Napassa	Origem bantu: Na- prefixo	[na'pasa]	Napassa	Apelido
11	Cokwe	Cokwe	Ngombe	Ngombe	Ngombe, significa- boi t	[g'ombe]	Ngómbe	apelido
21								
22								

Tabela 4. Base de dados antroponímica.

3.5- Proposta de harmonização gráfica

As línguas nacionais, suporte e veículo das heranças culturais, exigem um tratamento privilegiado já que constituem um dos fundamentos importantes da identidade cultural do povo angolano (cf. Resolução nº 3/87 de 23 de Maio).

A harmonização gráfica deve ser considerada um dos veículos importantes da unidade linguística, dada a influência que cada vez mais a língua escrita tem sobre a oralidade, com o desenvolvimento e a globalização das tecnologias da comunicação.

No entanto, a grafia dos antropónimos deve obedecer à ortografia oficial adoptada no Registo Civil, isto é, seguindo as regras morfológicas e fonéticas do alfabeto preconizado pelo Instituto de Línguas Nacionais.

A proposta de harmonização deve ser objecto de reflexão de modo a suprimir as dúvidas existentes na escrita dos antropónimos nas línguas vernáculas.

Tal como, afirma RIO-TORTO (1998:21) “o conhecimento do nível fónico das línguas, e portanto também da fonética e da fonologia destas, é actualmente considerado essencial para o entendimento do modo como se processa a compressão da linguagem, a actividade discursiva e, dum modo geral, o processamento verbal”.

Conforme se fez menção, anteriormente, à grafia dos antropónimos, tem-se verificado uma disparidade na escrita da língua Cokwe, isto é, os nomes aparecem representados graficamente de duas ou mais formas. Este facto tem provocado muitos equívocos nos antropónimos da língua Cokwe.

Nessa medida, propomos critérios para a harmonização gráfica.

Desde há muito que se colocava a necessidade da uniformização da representação gráfica da africada /c/ que aparece nos antropónimos Cokwe com os fonemas /ch/ e /tch/; este facto ocorre muito frequentemente nas línguas bantu, e são várias as formas de representação, segundo a origem linguística dos autores: /c/, /s/, /x/, /tx/, /ch/, tch /sh/ e /tsh/.

Assim, Propomos que o grafema /c/ que corresponde ao fonema [tʃ] seja grafado por /tch/: tchihunda em vez de Cihunda (aldeia) [tʃiw̃da]; tchota em vez de Côta (jango) [tʃota]; tchokwe em vez de Cokwe [tʃokwe] e no antropónimo Satchikuta em vez de Saçikuta [se'tʃikuta].

Nestes casos a pronúncia deve ser representada foneticamente pelo [tʃ].

Propomos que os grafemas /x/ e /ch/ que correspondem ao fonema [ʃ] seja, grafado com um /x/, como se utiliza em português /x/, como na palavra <xarope>, etc.

Propomos que todos antropónimos que apresentam foneticamente um [k] devem ser escritos com /k/ em vez de serem escritos com /c/.

Outrossim, a questão do uso da consoante /r/ alveolar vibrante que aparece muitas vezes grafado nos antropónimos Cokwe tem provocado imensas dúvidas nos fonemas das línguas nacionais, neste caso no Cokwe.

Essa consoante não consta no alfabeto fonético preconizado pelo Instituto das Línguas Nacionais; assim, o grafema/l/ substitui o /r/ e é representado pelo símbolo fonético [l].

A [r] vibrante múltipla corresponde a um fonema não existente nas línguas bantu de Angola e cria sérios problemas;

No entanto, propomos que seja integrado o grafema /r/ no alfabeto Cokwe, uma vez que, neste momento, existem os antropónimos na língua Cokwe que vêm de outras línguas como: Litenda/Ritenda; Mussumali/Mussumari; Chili/Chiri.

Para identificar e resolver a disparidade na grafia achamos importante que, as instituições públicas responsáveis pelo registo do nascimento tenham em consideração os fonemas das línguas bantu e não bantu de Angola, e sobretudo do

alfabeto fonético da língua Cokwe. Essa consideração permitiria, suprimir a ambiguidade de variantes linguísticas existentes nesta língua, uma vez que, deve haver acordo na escrita de antropónimos das línguas nacionais.

Ciente da complexidade desta problemática, este trabalho pretende contribuir apenas para uma melhor compreensão e valorização das línguas e para um melhor conhecimento do léxico antroponímico.

Sublinhamos que atribuir o nome a uma criança, numa língua bantu e não bantu de Angola, é um sinal de identidade nacional.

A língua, hoje, desempenha um papel importante, neste processo de identidade. Por isso, é urgente harmonizar a grafia dos antropónimos na língua Cokwe e nas outras línguas de Angola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho procurámos conhecer o significado dos antropónimos e o processo de atribuição e difusão dos antropónimos na comunidade Cokwe. É pertinente sublinhar que em Angola, na cultura Cokwe, o antropónimo é tido como um elemento importante na identidade do povo e da origem do indivíduo.

Deste modo, o povo Cokwe não perdeu a forma tradicional de atribuição de nomes aos seus filhos, obedecendo aos princípios da linhagem.

Com base nos argumentos apresentados relativamente à Antroponímia como estudo de nomes de pessoas, entendemos que é muito importante fazer-se um estudo relacionado com a onomástica da Província da Lunda Norte.

Apesar de não existirem obras que apresentem a realidade antroponímica do Cokwe, tivemos como apoio algumas obras que descrevem realidades semelhantes à nossa; além disso, através da análise de registos de nascimento, entrevistas, foi possível compreender o modo de nomeação e o significado dos antropónimos da língua Cokwe.

Tendo em conta os aspectos tratados neste trabalho, julgamos que muitas outras informações poderiam ter sido exploradas, sendo que outros dados e fenómenos poderiam ter sido extraídos do *corpus antroponímico*, dada a riqueza do mesmo. Contudo, focámos apenas o fenómeno dos nomes antroponímicos no que tange ao significado, ao modo de nomeação e às variantes linguísticas registadas, pelo facto de estes serem os factos cada vez mais frequentes no nosso sistema antroponímico.

A variação gráfica surge, frequentemente, nos registos pesquisados; por isso, surge a necessidade da uniformização de alguns grafemas das línguas nacionais.

De um modo geral, damos preferência à ortografia fonológica; alguns nomes adaptam fonemas e sofrem processos de aportuguesamento com propósito de obter uma melhor compreensão.

A língua é, em sùmula, a representação da identidade cultural do povo, principalmente da identidade dos indivíduos, na preservação de valores culturais, religiosas, hábitos e costumes. Por isso, as línguas devem constituir uma preocupação do governo de cada país.

Acreditamos que esta investigação não é suficiente para estudar em profundidade os problemas das grafias dos antropónimos da língua Cokwe que devem ser uniformizadas, obedecendo às regras ortográficas.

Relativamente à proposta de harmonização gráfica, consideramos que seria muito importante que o **Instituto das Línguas Nacionais** fizesse uma actualização linguística dos alfabetos das **línguas bantu e não bantu de Angola**.

Julgamos, por isso, ser urgente a harmonização e/ou uniformização gráfica dos antropónimos na língua Cokwe e nas outras línguas de Angola.

Esperamos que o **Instituto das Línguas Nacionais** possa colaborar na fixação dos alfabetos das línguas bantu e não bantu de Angola. A **uniformização de grafemas** contribuiria para uma melhor compreensão da escrita e acrescentaria valor às línguas bantu e não bantu de Angola.

5. BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALVES, Ieda Maria, 2002. *Neologismo. Criação lexical*. Editora Ática Ltda.
- ANDRADE, Ernesto de, 2007. *Línguas Africanas. Breve introdução à Fonologia e à Morfologia*, 1ª Edição. Impressão gráfica Manuel Barbosa e Filhos LDA.
- AUGUSTO, Alves Moisés, 2015. *A História do Ensino da Língua Portuguesa*. VERBUM-Caderno de Pós Graduação (ISS2316- 3267), nº7,60-70. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/download/22649/16420>. Consultada em 23/02/2017.
- BARBOSA, C. Adriano, 1933-1983. *Folclore angolano. Quinhentos provérbios quiocos*, Edições Ora & Labora – Mosteiro de Singeverga – Santo Tirso.
- BENJAMIM, Walter, 1992. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e política*. Religiosa D`agua. Editora.
- CARREIRA, António e QUINTINO, Fernando, 1964. *Antroponímia da Guiné Portuguesa. Memórias de Junta de Investigação do Ultramar. Vol. I*. Lisboa.
- CARVALHO, José Herculano, 1983. *Teoria da Linguagem, Natureza do fenómeno Linguístico E A Análise das línguas, Vol.1. 6ª Edição*. Coimbra Editora Limitada.
- CARVALINHO, Patrícia, 2007. UFU DOMÍNIOS DE LINGU@GEM. *Revista Electrónica de Linguística*. Ano 1, nº1 – 1º Semestre de 2007 – ISSN 1980-5799. AS ORIGENS DOS NOMES DE PESSOA. Consultado em 23.02.2016.
- CARVALHINHOS, P. J. ANTUNES, A. M, 2007. *Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio*. Cadernos do CNLF. Livro dos Minicursos. RJ: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Rio de Janeiro. Vol. XI, nº. 2, p. 108 - 121. <http://w.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Consultado em 23/02/2016.
- CHICUMBA, Segunda Mateus, 2013. *A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais*, IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 Dezembro.

- CHICUNA, Alexandre Muvungo, 2015. *Portuguesismos nas línguas Bantu: Para um dicionário português – kiyombe-* 2ª edição. Lisboa. Colibri.
- COSTA, António Fernandes, 2006. *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola* – para uma Análise Diferencial, Universidade Católica de Angola.
- COSTA, M. R. V. , 2002. Pressupostos teóricos e metodológicos para extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas. Lisboa, FCSH- Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 363 p.
- COSTA, M. R. V. et alii , 2004. «Entre langue générale et langue de spécialité: une question de collocations », *ÉLA- Etudes de Linguistique Appliquée*, 135 (juillet-sept. 2004), p. 347-359.
- COSTA, M. R. V. et alii , 2004. «The Verb in the Terminological Collocations. Contributions to the Development of a Morphological Analyser: Morpho Com », Lisboa, LREC 2004, vol. IV, p. 1531-1534.
- COSTA, M. R. V. et alii , 2008. «De la typologie à l'ontologie de textes » in ROCHE (2008), p. 3-16, http://www.porphyre.org/toth/files/actes/TOTH2008_actes.pdf
- COSTE, D. e GALISSON, R. , 1976. *Dictionnaire didactique des langues*. Paris, Hachette, 612 p.
- DICK, M. V. P.A, 1990. *A Motivação Toponímica e a realidade Brasileira*. Edição Arquivo do Estado. São Paulo.
- DICK, M. V. P. A, 1990. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Colectânea de Estudos*, 2ª ed. São Paulo.
- DUBOIS, Jean, 1962. *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, Paris, Larousse.
- ELIAS, Sílvio, 1987. *Sociolinguística: Uma introdução*. Padrão Livraria, Editora.
- FERNANDES, J e NTONDO, Zavoni, 2002. *Angola: Povos e Línguas*. Luanda, ed. Nzila, 1ª edição.
- FERNANDES, Xavier, 1941-1943. *Topónimos e gentílicos*. Vol. I, Ed. Educação Nacional, Porto.
- GALISSON, Robert , 1979. *Lexicologie et enseignement des langues*, Paris, Hachette.

- GALISSON, Robert ,1984. "Pour un dictionnaire des mots de la culture", *Le Français dans le monde*, n.º 188, Paris, Hachette.
- GALISSON, Robert,1987. "De la lexicographie de dépannage à la lexicographie d'apprentissage". *Cahiers de lexicologie*, n.º 51-2. Paris, Didier, pp. 51-52.
- GALISSON, Robert ,1988. "Culture et lexiculture partagées: les mots comme lieux d'observation des faits culturels". *Études de Linguistique Appliquée*, n.º 69, Paris: DidierErudition, pp. 74-90.
- GALISSON, Robert , 1989. "La culture partagée: une monnaie d'échanges culturelles". *Le Français dans le monde, Lexiques* n.º Spécial (coord. Amr Helmy Ibrahim). Paris, Hachette, pp. 113-117.
- GALISSON, Robert , 1991. *De la langue à la culture par les mots*. Paris: Clé International.
- GONZÁLEZ, Diéguez Júlio, 2000. *O patronímico na onomástica pessoal dos documentos notariais galegos e portugueses da Baixa Idade Média.VoL.1*. Santiago de Compostela.
- IMBAMABA, M. José, 2010. *Uma Nova Cultura, Para Mulher e Homens Novos. Um Projecto Filosófico para Angola do 3º Milénio à Luz da Filosofia de Battista Mondin. 2ª Edição*, Instituto Missionário Filhas de São Paulo. Luanda.
- INSTITUTO NACIONAL DE LÍNGUAS, 1980. *História sobre a Criação dos Alfabetos Em Línguas Nacionais*. República Popular de Angola. Edições 70, LDA.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, 1979. "Importância de uma Lexicologia Contrastiva", *Letras Soltas 1*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, 1989. "A Língua Portuguesa. Língua das Ciências e das Técnicas", *Actas do Colóquio Internacional da Língua Portuguesa, Que Futuro? Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, 1994. "Bases de données textuelles et terminographiques", *Revue Meta - Hommage à Bernard Quemada*, Montréal.

- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, 2001. “De la Néologie à la Lexicographie de Spécialité d’Apprentissage”, *Cahiers de Lexicologie*, nº 78, Paris, Champion ,p.139-145.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, 2003. (coordenação) *Mots et Lexiculture – Hommage à Robert Galisson*, Paris, Honoré-Champion.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca et alii , 2007. «Rede de Neologia e Terminologia da Língua Portuguesa em situação de contacto de línguas», *Actas do Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Praia, Cabo Verde.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, CHICUNA, A., GRÔZ, A. P., MEDINA, D., 2010. “Neologia, Terminologia e Lexicultura. A Língua Portuguesa em contacto de línguas”, *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa* 12 (2) Universidade de S. Paulo.
- LORENTE, Mercè, 2004. *A Lexicologia como ponto de encontro entre a Gramática e a Semântica. (pp.19-30) in Isquerdo Negri Aparecida; Krieger da Graça Maria. As Ciências do léxico, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Volume II Campo Grande: Editora UFMS.*
- LUSAKALALU, Pedro, 2005. *Línguas e Unidades Glossonímicas. Contribuição para um estudo da diversidade linguística de Angola e Namíbia*. Editorial Nzila, Luanda
- MANASSA, Baptista Abreu João, 2011. *Lunda - História e Sociedade*. Edição Mayamba Editora, 1ª edição, Luanda.
- MARTINET, André, 1991. *Elementos da Linguística Geral*, 11ª ed., trad. Jorge Morais Barbosa, Coleção “Nova universidade”. Livraria Sá da Costa.
- MARTINS, João Vicente, 1993. *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutchokwe do Nordeste de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- MARTINS, João Vicente, 2001. *Os Tutchokwe do Nordeste de Angola*. Lisboa, Edição do Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Antropologia

Cultural e Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MATEUS, Maria Helena Mira et ali, 1990. *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta.

MENDES, Correia Beatriz, 1985. *Contributo para o Estudo da língua Portuguesa em Angola*. Publicações do Instituto da Faculdade de Letras de Lisboa.

MUDIAMBO, Quibongue, 2014. *Da Lexicologia e Lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa no II ciclo do Ensino Secundário: 10^a, 11^a, 12^a e 13^a CLASSES na E.F.P.* Cor Mariae do Uíje, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa - FCSH, Lisboa.

NAUEGE, Muteteca João, 2015. *Aquisição da Competência Lexical na Aprendizagem do Português Língua Segunda. Especificidade do aluno angolano*, Dissertação de Mestrado em Ciência da Linguagem. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

NETO, Muamba Garcia, 2012. *Aproximação Linguística e Experiência Comunicacional: o caso da Escola de Formação Garcia Neto*. Luanda, Mayamba. Editora.

OLIVEIRA e DUARTE, 2003. "Referência nominal" (pp. 205-242) in Maria Helena Mira Mateus; Ana Maria Brito; Isabel Hub Faria; Sónia Frota; Gabriel Matos; Marina Vigário & Alina Villalva. *Gramática da Língua*. Editora Universidades aberta. Lisboa.

PAUL, Hermann, 1966. *Princípios Fundamentais da História da Língua*, 2^a Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PEDRO, José, 2014. "Estão As Línguas Nacionais Em Perigo?" (pp. 77-88) in Siteo Bento & Severo Cristine et al, *Estão as línguas nacionais em Perigo?* Escolar Editora; Lisboa.

QUIVUNA, Manuel, 2014. *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna. Estudo de caso: Escola do 2^o ciclo da cidade do Wizi*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa - FCSH, Lisboa.

- REDINHA, José, 1958. *Etnossociologia do Nordeste de Angola*. Agência - Geral do Ultramar.
- REY, Alain, 1976. «Néologisme: Un pseudo-concept? », *Cahiers de Lexicologie*, n.º 28, p.3-17.
- REY, Alain, 1977. *Le Lexique : images et modèles, du dictionnaire à la Lexicologie*, paris, A. Colin.
- REY, Alain, 1979. *La Terminologie, Que sais-je?*. Collection Encyclopédique: Paris.
- RIO-TORTO, Graça Maria, 1998. *Fonética Fonologia e Morfologia do Português, Conteúdo e Metodologia*. Lisboa: Colibri. 972-8288-94-8.
- SAUSSURE, Ferdinand, 1999. *Curso de Linguística Geral*, Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- SEVERO, Cristine, 2014. Língua e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações (pp. 9-30) in Siteo Bento & Pedro José *Estão As Línguas Nacionais Em Perigo?* Escolar Editora; Lisboa.
- SOUSA, Fonseca, 2008. *Memória Viva da Cultura da Região Leste de Angola. Organização Social E Política dos Tucokwe*. Ministério Da Cultura; Mayamba, ed. 1ª Edição, Luanda.
- SILVA, Sacerdote de Souza Irani, 2012. *Revista Polidisciplinar Electrónica da Faculdade Guaracá*, (31-40) volume 04 Ed.01 (Dez. 2012) Caderno de Letras - Estudo linguísticos – ISSN 1808-19305. Disponível em www.revistavoos.com.br. Consultada no dia 26.01.2017.
- SOUSA, Fonseca, 2012. *Etnografia de Angola - entre a Pesquisa e o Desenvolvimento de Políticas Culturais*. Mayamba. Editora, 1ª Edição, Luanda.
- TEIXEIRA, Alberto de Almeida, 1948. *Lunda: sua organização e ocupação*, Lisboa, Agência Geral das colónias.
- VASCONCELLOS, J. Leite, 1928. *Antroponímia Portuguesa. 1ªedição*. Lisboa, *Imprensa Nacional*.

- VASCONCELLOS, J. Leite, 1938. *OPÚSCULOS. Etnologia. Vol. V, Imprensa Nacional, Lisboa.* VASCONCELLOS, J. Leite, 1941. *OPUSCULOS. Onomatologia. Vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade.*
- VILELA, Mário, 1979. *Estruturas Lexicais do Português, Coimbra, Livraria Almedina.*
- VILELA, Mário, 1994. *Estudos de Lexicologia do Português. Coimbra, Livraria Almedina.*
- VILELA, Mário, 1995. *Léxico e Gramática Ensino da Língua Portuguesa: Léxico, Dicionário, Gramático, Coimbra, Livraria Almedina.*
- WEINRICH, Harald, 1979. *A Verdade dos Dicionários, in Mário Vilela (org.) Problemas de Lexicologia e Lexicografia, Livraria Civilização Editora.*
- XAVIER, M. F & Mateus, M. Helena, 1990. *Dicionário de Termos Linguísticos (Vol. I). Edições Cosmos. Lisboa.*
- ZAU, Dele Gabriel Domingos, 2011. *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã.*

Dicionários

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa, Contemporânea. Vol. II G-Z. Lisboa: Editorial Verbo.*
- CASANOVA, Isabel, 2009. *Dicionário terminológico. 1ª Edição, Lisboa: Plátano Editora.*
- BARBOSA, C. Adriano, 2011. *Dicionário Português – Cokwe. 1ª Edição, Luanda.*
- BARBOSA, C. Adriano, 2011. *Dicionário Cokwe/ Português. 1ª Edição, Luanda*
- HOUAISS, António, 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa, Círculo de Leitores.*
- HOUAISS, António, 2003. *Dicionário de Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto António Houaiss de Lexicografia Portugal, Lisboa, Temas e Debates.*
- FERREIRA, B. de H. Aurélio, 1986. *Novo Dicionário Da Língua Portuguesa, 2ª edição. Editora nova fronteira.*

PORTO EDITORA, 2014. *Dicionário da língua portuguesa. Acordo Ortográfico. O antes e o depois, directo – directo*. Porto Editora, Lda-1952.

Gramáticas

BARBOSA, C. Adriano, 2012. *Noções básicas de gramática Cokwe, 1ª Edição*, Luanda.

MARTINS, João Vicente, 1990. *Elementos de Gramática Utchokwe*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica.

Documentos Oficiais

- *Diário da República. I Série. Nº 23. Assembleia Nacional. Constituição da República de Angola, 5 de Fevereiro de 2010.*
- *Diário da República I Série. Nº 84. Lei Nº10/85, de 19 de Outubro.*
- *Resolução nº 3/87 de 23 de Maio.*

Artigos e Revistas Consultadas

<http://docencialp.blogspot.pt/2011/06/substantivo-em-construcao.html>. Consultado em 06/0/.2016.

<http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a05v16n2.pdf>. Consultado em 23/02/2017.

<https://ventosdalousofonia.wordpress.com/.../o-desafio-de-harmonizar-os-alfabetos-das>. Consultado dia, 26/02/2017. “Resolução nº 3/87 de 23 de Maio”.

Disponível em <http://www.lundanorte.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Perfi>. Consultado em 23/09/2016.

<http://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/download/22649/16420>. Consultado em 23/02/2017.

http://www.governo.gov.ao/arquivos/constituicao_da_República_de_Angola.Pdf. Consultado em 20/10/2016.

6. Anexos

Anexo 1 - Questionário

Questionário

O presente questionário visa a recolha de dados sobre Antroponímia da Língua Cokwe na Lunda – Norte/Angola, na sequência de um trabalho de investigação, com vista a obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, na Universidade Nova de Lisboa/Portugal.

Por favor responda a todas as perguntas para facilitar a resolução da temática em estudo.

1. Qual a origem e o significado dos antropónimos na cultura Cokwe?
2. Quais os princípios culturais que orientam a atribuição do antropónimo entre os tuokwe?
3. Quais são os principais grupos sociolinguísticos que vivem na Província da Lunda- Norte?
 - 3.1. Os antropónimos são atribuídos da mesma forma?
4. Será que o pai tem a liberdade de escolher o nome para os seus filhos na língua Cokwe?
5. Quais são os critérios que os profissionais dos Registos Cíveis têm adoptado para salvaguardar os apelidos das famílias?

